

INOVA

Working Paper
595

2015



Accredited by:



Member of:



História e Saber Tropical: Memória de Gago para além das suas políticas

Jorge Braga de Macedo

**História e Saber Tropical:
Memória de Gago para além das suas políticas**

Jorge Braga de Macedo

Prof. Cat. e Diretor, Centro Globalização e Governação (CG&G), FEUNL;
último Presidente, IICT

Resumo: A morte súbita de José Mariano Gago aos 66 anos gerou consternação nos seus numerosos amigos e admiradores em Portugal e no estrangeiro. Governante mais durável do regime, a sua obra recebeu tributos unânimes cá dentro, sendo amplamente creditado lá fora por ter criado o Conselho Europeu de Investigação (ERC). Estão disponíveis inúmeros testemunhos num sítio dedicado, foi publicada em sua memória um volume de estudos sobre ciência e ensino superior em Portugal e preparam-se mais homenagens. Esta destaca dois aspetos menos conhecidos do físico e político português, amor pela história pátria e consciência da relação desta com o saber tropical, antes de apreciar a retrospectiva oficial. Focando um retrato de Damião de Góis que desejava oferecer na Flandres e acreditava que eu poderia localizar, a minha homenagem a Mariano pretende ir para além do Palácio das Laranjeiras, onde governou, e da Europa, onde estudou.

Sumário: Motivação; Tradição universal em Góis: a história e a procura da verdade; Inovação no saber tropical: o caso do IICT; Política das Políticas (Ritos tribais de um livro ãinapresentávelö, mitos empresariais do Estado, redes e testemunhos comunicacionais); Envio.

History and Tropical Knowledge, a Memory of Gago beyond his policies

Abstract: The sudden death of José Mariano Gago at 66 was a shock to his many friends and admirers in Portugal and abroad. The longest serving cabinet minister in the regime, his work received unanimous tributes at home, while he was widely credited abroad for the creation of the European Research Council. Many testimonies are available on a dedicated website, a volume on science and higher education in Portugal was dedicated to his memory and further remembrances are being prepared. This one emphasizes two lesser known features of the Portuguese physicist and politician, love for his nation's history and awareness of its link to tropical knowledge, before it assesses the official retrospective. Focusing on a portrait of Damião de Góis he wanted to offer as a gift in Flanders and believed I could locate, my tribute to Mariano seeks to go beyond the *Palácio das Laranjeiras*, where he governed, and Europe, where he studied.

Outline: Introduction; Universal tradition in Góis: history and the pursuit of truth; Innovation in Tropical Knowledge: the case of the Tropical Research Institute; Politics and Policies (tribal rites of an ãunpresentableö book, state entrepreneurial myths, communicating networks and testimonies); Conclusion.

1. Motivação

José Mariano Gago (1948-2015), físico de partículas e político socialista, alavancou a nossa cultura através da ciência e da educação para viabilizar um futuro melhor na Europa e no mundo, refletindo a abordagem interdisciplinar que passou a designar-se de STS ó Ciência, Tecnologia e Sociedade. Em 2000, inseriu a ciência como catalisador da competitividade na Estratégia de Lisboa, acompanhando os esforços da homóloga dinamarquesa para concretizar a relação. De regresso ao LIP - Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas, criado em 1985 depois da adesão de Portugal ao CERN ó Organização Europeia de Energia Nuclear, presidiu à ISE - Iniciativa para a Ciência na Europa, criada em Dublin em 2003, a qual se transformaria no ERC - Conselho de Investigação Europeu em 2005¹.

Estão disponíveis inúmeros testemunhos num sítio dedicado, foi publicada em sua memória um volume de estudos sobre ciência e ensino superior em Portugal e preparam-se mais homenagens. Esta aprecia a retrospectiva oficial, mas só depois de destacar dois aspetos menos conhecidos, amor pela história pátria e consciência da relação desta com o saber tropical. Focando um retrato de Damião de Góis que desejava oferecer na Flandres e acreditava que eu poderia localizar, o meu tributo a Mariano pretende pois ir para além do Palácio das Laranjeiras, onde governou, e da Europa onde estudou.

Tão fluido era o humanismo português e universal dele que me ocorreu um título lacónico como òGago glocalö², que também aplicaria a Jean-Pierre Contzen, dirigente histórico da Comissão Europeia, nosso confrade e amigo. Mas interações sucessivas, as quais suscitaram, por seu turno, narrativas onde história e geografia ombreiam com economia alongaram a brevidade glocal. Primeiro veio o desejo, prontamente atendido por João Carlos Espada, confrade da Academia das Ciências de Lisboa (ACL), de ampliar e divulgar o que, a 4 de maio, publicara no sítio dedicado à sua memória³. Com o título de òconversa interrompidaö, aludia a uma troca de mensagens relativa a Damião de Góis, e levou-me naturalmente a evocar uma paixão pela história que ele partilhava com o meu progenitor bem como o fascínio pelo hemisfério sul que nos aproximou. Nesse testemunho (reproduzido com leves alterações no Anexo 2), aflorava o nosso desentendimento radical sobre o estatuto científico da economia, e a falta de graça dos dichotes sobre òphysics envyö (tão do agrado dos próprios físicos) por parte dos cultores da ciência do desespéro.

¹ Os obstáculos constam de um trabalho de 2014 em coautoria com Julio Celis (o segundo testemunho em www.marianogago.pt termina com um sentido òRest in peace, meu Amigoö), que lhe sucedeu na presidência da ISE, òShaping Science Policy in Europeö, publicado na revista biomédica *Molecular Oncology*, 8, pp. 447-457. Os autores enaltecem a circunstância de se tratar de revista científica, por oposição a relatórios comunitários, e revelam a sua cumplicidade ao escrever: òIn March 2005, José Mariano Gago had been reappointed as Minister and direct links between the movement of the scientific community (ISE) and the Competitiveness Council naturally became more fluidö, aplaudindo òcollective action by CLA and others in Portugal (í) promoting science as a priority in public policies and extending their dialogue across borders. European and national Academies (as for instance KVAB in Flanders) are now engaging in society for long-term programmes aimed at the development of knowledge based economies and societies, nationally and at EU level.ö Mais detalhe sobre CLA e KVAB na nota 39.

² Tem tradição interdisciplinar este epíteto anglo-saxónico foneticamente próximo de òglauqueö (sinónimo de òsinistroö ou òlúgubreö em francês corrente) e, através do sentido erudito de glauco, verde-mar, poderia conotar um dos elementos que aproxima os membros da CPLP relativamente até às suas áreas de integração regional, como têm demonstrado iniciativas sobre òMares da Lusofoniaö em Lisboa, Cascais e Rio de Janeiro. Curiosamente, em Góis mar afasta, como referido no Anexo 3, seção 4.4.

³ Já acolhera a evocação na *Nova Cidadania*, nº 54, 2014, pp. 51-56 de Manuel Jacinto Nunes (1926-2014), decano da seção de economia e finanças da ACL que apoiou uma abordagem lusófona à crise financeira global, como referido adiante, notas 23 e 24.

Vai daí, prometo a Manuel Heitor, vizinho e *jogger extraordinaire*, uma revisão intimista de *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, pesado livro de capa mole que ele organizou com quatro mulheres do ISCTE, as quais também assinam uma cronologia, não de 40 mas de 115 anos de ciência e educação republicana⁴. Registando o mérito do esforço ingente que nos deu esta retrospectiva, percebe-se que tenha deixado a sua revisão intimista para depois dos dois aspetos nucleares. Na quarta seção, altamente subjetiva nos três temas abordados - ritos, mitos e redes - insisto na economia e alívio na sociologia, em comparação com a preferência interdisciplinar da STS. Ainda assim, admito que Mariana Mazzucato, criada em Princeton e doutorada na lendária *New School* novaiorquina, a possa partilhar, porque escreveu os seus primeiros artigos de economia industrial e inovação com o malogrado Paul Geroski (1952-2005) e agora ensina economia da inovação na Unidade de Investigação sobre Política de Ciência da Universidade de Sussex⁵. A sua eloquente defesa do investimento público na ciência em *The Entrepreneurial State: debunking public vs private sector myths*, 2013, muito citada em *40 anos*, até alimentou a edição de ferragosto do *Financial Times*⁶!

Como me deram a oportunidade de dizer ao vivo, faltou no lançamento de *40 anos* o interesse de Mariano pela mistura favorita do (historicamente) nosso hemisfério sul, o que se pode chamar *Futuro e História da Lusofonia Global*⁷. Então, na segunda e terceira seções do escrito, abordo a inovação na pertença comum dos membros da atual CPLP e a tradição que lhe subjaz. Começo por esta, através da história universal que Damião de Góis, *Humaniste Européen*⁸, tanto sublimou e que se torna indispensável saber continuar⁹. Segue-se o futuro, enquanto resulta da Declaração sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) na cimeira de Bissau, através da repetidas referências ao conhecimento mútuo dos membros, ou seja o que me ocupou no IICT durante décadas, uma sob a sua tutela.

Daí também o fio condutor desta homenagem: dar relevo a um lado escondido de Mariano, sabendo que, fruto das relações que tive com ele e que ele tivera com meu pai, posso ter exagerado a descoberta - para continuar a conversa.

⁴ Maria de Lurdes Rodrigues, Teresa Patrício, Susana da Cruz Martins e Cristina Palma Conceição. Continuando na veia intimista da revisão, ocorreu-me pedir uma cópia à segunda, ausente no Canadá, ou a Eduarda Gonçalves, a quem me ligam laços de afinidade familiar mas venceu o imperativo territorial: foi graças ao promissário que pude percorrer as 1228 páginas!

⁵ Especializada no desenvolvimento, fica na costa sul a 100 km de Southampton onde Geroski ensinava.

⁶ O relato por John Thornhill do almoço em Londres alude ao preço extravagante do vinho que ela escolheu, o que motivou uma reação imediata na sua página sugerindo, para poupar dinheiro ao FT, que o respetivo preço passasse a estar obrigatoriamente incluído. O sub texto aqui foi o almoço de Anne-Sylvaine Chassany com Thomas Piketty, publicado em 26 de Junho que custou dez vezes menos. Porém, a perspetiva do texto salienta a cultura italiana de Mariana usando a designação tradicional de 15 de agosto e o filme alimentar de culto o Pranzo di ferragosto lançado em 2008. As sete citações são de Tiago Brandão, Manuel Heitor e Hugo Horta (pp. 229, 563, 1070, 1078, 1079, 1081, 1082, fora as bibliografias pp. 1132, 1137, 1186).

⁷ Coletânea de artigos publicados no Blogue História Lusófona do IICT organizada por Miguel Jasmins Pereira com prefácio de Lauro Moreira, Embaixador do Brasil junto da CPLP, publicada em 2008 por ocasião dos 125 anos do IICT. No título, o futuro também se referia ao próprio IICT e reproduzia opiniões expressas durante a avaliação internacional mencionada na seção 3.

⁸ O título refere-se a uma publicação de estudos apresentados por José V. de Pina Martins, onde o de Jorge Borges de Macedo, baseada num seminário realizado na Universidade de Paris em 1975, ocupa mais de metade da obra, que só foi publicada em finais de 1982. Inexplicavelmente, nunca tinha lido o estudo, que foi traduzido para francês, embora me recordasse da agonia que foram as correções das provas, por altura da morte de minha irmã a quem o dedica: *Filiae diletissimae, Annae*. Ver nota 12.

⁹ Última das Dez citações de Jorge Borges de Macedo, *Nova Cidadania*, nº25, 2006, pp. 33-36, título mais descritivo do que *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar* publicado em 2005 pelo Instituto Diplomático (no quadro do projeto com o mesmo nome mencionado na seção 2 e no Anexo 2). Conforme resulta da nota anterior, só agora li o estudo que Mariano cria ser da minha autoria.

2. Tradição universal em Góis: a história e a procura da verdade

Das 94 monografias constantes do *Legado Bibliográfico de Jorge Borges de Macedo*, publicado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa em 2005, só as separatas com as rubricas 8519 e 8525 são traduções. A primeira, com 5 páginas, *Constants of the History of Portugal* é tirada da edição da ACL destinada a comemorar os 800 anos da bula *Manifestis Probatum* de 23 de maio de 1179, na qual também se encontra a versão original¹⁰. Trata-se de uma espécie de guião da *História Diplomática Portuguesa Constantes e Linhas de Força* que saiu em folhetos na revista *Nação e Defesa* do Instituto de Defesa Nacional entre 1976 e 1985, foi publicada em 1987 e reeditada em 2006, com índice e ilustrações, no quadro do projeto *saber continuar* acordado entre o Centro de História e o IICT (que para o efeito recebeu vários apoios privados). A segunda, com 189 páginas, *Damião de Góis et l'historiographie portugaise*, ocupa mais de metade de um grosso volume de estudos apresentados por José V. Pina Martins, onde se fica a saber a quem se deve a magnífica versão francesa¹¹.

Ainda assim, este é um texto mal-amado, que não é comentado nas retrospectivas sobre a vida e obra do seu autor: Góis nem sequer figura no índice da 2ª edição de *Constantes* mas Erasmo vem a referir-se a propósito da recusa de D. João III partilhar o monopólio da pimenta com Carlos V e Francisco I, revelando que do respetivo tráfego dependia cada vez mais a posição portuguesa no equilíbrio europeu: *Assim se distanciavam de Portugal as bases da sua política europeia*. A esta constante preocupação da diplomacia portuguesa, linha de força do próprio livro, segue-se uma frase sibilina: *É interessante lembrar-se que é, precisamente, por essa altura que Erasmo critica a posição portuguesa quanto ao monopólio da pimenta e que Francisco I se decide a subalternizar ostensivamente a posição do embaixador português na corte de França*. (p. 125). As motivações serão esclarecidas adiante.

Não podendo as duas obras ter destinos mais diferentes, revelam ambas a situação e a duração da nossa identidade. Essa é uma dimensão que Mariano e meu pai procuravam na história, e (acrescentaria eu, não só por usar as duas traduções) além da língua.

Apresentado num seminário em Paris em 1975¹², o estudo foi profundamente revisto e traduzido, não necessariamente nessa ordem: sente-se a impaciência do organizador em só o ter publicado depois de sete anos: *Jorge B. de Macedo a voulu étendre et approfondir sa recherche, puis ó cœtait son droit ó remanier en 1980 son travail, dont l'importance méthodologique e bibliographique est evidente* (p. X). Tal como o autor,

¹⁰ Os dois volumes do *Legado* foram minuciosamente preparados sob a direção da confrade Maria do Rosário Themudo Barata, sua sucessora na Academia Portuguesa de História. Acontece que, após a sessão de 30 de janeiro de 2014, o confrade João Carlos Espada encontrou a última separata disponível na mesa da entrada da Academia e mostrou-ma. Eu conhecia o texto e gostava muito de citar *os* portugueses, entre outras características de persistência e trabalho, sempre tiveram a capacidade, que a bula papal reconheceu, de usar a independência política em defesa do bem comum. Porém, nunca tinha lido a tradução, que corriji e publiquei em www.jbmacedo.com/papers/bula.pdf.

¹¹ Como a nossa troca de mensagens demonstra, lembrava-me bem das dificuldades em concluir o texto e não me recordo de ler um texto tão cioso em demonstrar a diferença entre historiador, cronista e burocrata, sendo que Damião de Góis se afastava mais do primeiro tipo do que do terceiro. Em 12 páginas igualmente sofridas, o saudoso confrade Pina Martins resume a argumentação e lamenta a severidade da crítica, sem contudo a contrariar.

¹² A data varia entre 13 de março, no *Avant-Propos* (datado de 31 de março de 1982, p. XI) e 18 de março, na introdução (datada de abril-setembro, p. XLIII), 21 anos antes da sua morte. Na última página percebe-se a oscilação: *Iniciada a composição em 14 de dezembro de 1981, acabou de imprimir-se aos 30 dias do mês de dezembro de 1982*. Ora, em 5 de novembro de 1981 morrera minha mãe e em 10 de abril de 1982 minha irmã Ana. Ver nota 8.

Pina Martins preocupa-se em que se estude Góis ãa ótica e segundo as condições da história no século XVI.

Além de uma nota prévia (onde se revela a fonte do retrato que Mariano queria adquirir, reproduzido no Anexo 1¹³), da bibliografia e da citação retirada de um requerimento aos inquisidores de 23 de julho de 1572 onde escreve ãos homens em nenhuma coisa amostram mais o intrínseco de seus pensamentos que no que escrevem, o texto divide-se em cinco seções, umas prevenções ãem vanguarda; limitações e constrangimentos; relatos de atualidade; crônicas e a crítica. Não havendo no que segue senão uma arrumação canhestra do original, retirei do texto, sempre traduzido para português, as aspas e as notas identificando as páginas e as 24 subseções, podendo contudo conferir-se as citações no Anexo 3.

Primeiro, o historiado deve ser humilde: a historiografia nunca aparece imediatamente na cultura, e a sua presença nela não é definitiva; surge na sequência de controvérsias que iluminam a necessidade da história. Assim se justifica a indiferença em que muitos humanistas deixavam a história recente, enquanto outros seguiam uma tradição que se desenvolvera entre os historiadores venezianos e florentinos. Para estes, o conceito de acaso ultrapassa a pessoa e a família, para se situar no Estado, e respetivo destino. Confrontados com os problemas postos pelos eventos e pela tática a seguir na constituição de um estado moderno, onde deviam equilibrar-se instituições e formas sociais, os sábios eram levados a perguntar-se como criar instituições estáveis e garantir o seu bom funcionamento. Foi nessa tradição que, em 1495, Erasmo redigiu considerações sobre as regras da escrita histórica (aliás o seu primeiro texto impresso), nas quais apresentava a França como herdeira do Império Romano e lhe previa um futuro brilhante na guerra contra os Turcos. Enganava-se. Mas é nessa evocação do futuro que confia aos humanistas a tarefa de divulgar proezas memoráveis, o que os torna iguais aos homens de ação, dignos dos maiores elogios - desde que metam as suas qualidades ao serviço do seu país.

Surge também a história universal que, ao contrário da Idade Média, incorpora realidades totalmente diferentes das europeias e suscita por isso a análise teórica da história e das suas exigências críticas. Damião de Góis não se interessou por estes debates, talvez por ter tido ãdesde muito cedo preocupações religiosas, que o levaram a sentir dúvidas ou a tomar posição relativamente às propostas apresentadas pela Reforma de modo a restabelecer a unidade da Igreja sem abalar os seus fundamentos. Para Góis, o poder nunca poderia ter origem puramente material: é de natureza espiritual e aí está a fonte de qualquer liberdade.

Assim, debruça-se em 1532 sobre a religião dos Etíopes e, durante a sua estadia em Itália, onde foi enviado por D. João III antes do Concílio de Trento, acompanha os preparativos sabendo que Paulo III, eleito papa em 1534, esperava convencer Carlos V e Francisco I a incluir protestantes. Nesse sentido, aproximava-se da corrente que a historiografia posterior identificou como ãprogressista.

Em Portugal, porém, eram diversas as querelas religiosas, porquanto a religião aparecia como um modo de sobrevivência mais do que uma guerra civil, o mesmo acontecendo aliás nos Balcãs e na Hungria relativamente ao perigo turco. Conhecido enquanto ãdescobridor da Europa, Góis não parece ter-se interessado pelo meio cultural português. Ainda assim, manteve o interesse pela atualidade, e esta torna necessário conhecer a história, nomeadamente através das crônicas, que pelo menos conseguem estabelecer a anterioridade dos reis, fator então crucial para a sua autoridade.

¹³ Trata-se do General Luís da Câmara Pina, então Presidente da ACL. De novo, as mensagens são reproduzidas no anexo 2. A fotografia é de Laura Domingues, a quem agradeço.

Em Portugal, a experiência do mundo nada deve á física nem à matemática. O espírito científico forma-se a partir da observação psicológica, sociológica, geográfica. Consiste em prever as situações difíceis e em apreciar as diferentes maneiras de viver dos homens. É nesta evolução crítica da historiografia que se situa o esforço para ligar eventos, de modo a elaborar uma noção de òpovo justificadoö, expressão que corresponde melhor à mentalidade, aos critérios e aos objetivos do tempo do que a de povo eleito.¹⁴

Analizada a impressão de trabalhos, repara-se a preferência do público por relatos curtos e diretos de eventos sensacionais contemporâneos. Daí nasce o género literário que precede o jornalismo, que Góis escolhe em detrimento da história, talvez porque se tinha habituado a ele na Flandres. Não foi certamente por causa do pendor teórico nacional, com exceção de João de Barros e Camões, ser inferior ao de Espanha, França e Itália. Sabemos que Erasmo não ligou muito ao que Góis escreveu sobre os Etíopes, texto que será proibido em Portugal. Segue-se um opúsculo sobre a defesa de Dio contra os Turcos, provavelmente sugerido pela corte, um elogio da Península Ibérica em resposta a um comentário desagradável na *Cosmographia* de Munzer, um curto trabalho sobre Lovaina dedicado a Carlos V e cartas recebidas. Nomeado conservador da Torre do Tombo em 1548, mantém a predileção pelo relato. Em 1554, escreve um texto sobre Lisboa òsusceptível de interessar a Europaö, no qual consegue não tomar partido entre D. João II e D. Manuel.

Como a tipografia permitiu apelar com mais eficácia a esse òjuízo públicoö, a comparação entre os dois soberanos transforma-se a partir de 1530 numa polémica sobre a monarquia absoluta, que aliás se observa noutros países. Esta polémica manteve-se ao longo de todo o século XVI e dificultou a escolha do redator da crónica de D. Manuel até Góis ser escolhido, em 1558¹⁵. Ele redige duas crónicas mas, na de D. João II, fala também de Afonso V enquanto na de D. Manuel, mais completa, só dedica 12% do espaço à metrópole. Não se lhe descobre sombra de trabalho de pesquisa, e menos ainda o espírito crítico da historiografia do Renascimento. Uma das razões é a importância no seu pensamento duma providência caprichosa e tutelar, fundada na religião, mas sem noção sequer de metodologia histórica¹⁶. Sem esquecer que, no século XVI, se acreditava facilmente que Deus quisesse a independência de Portugal.

As crónicas deviam fixar eventos memoráveis e dar a cada um o louvor ou a repreensão que merece, sobretudo os reis e nobres. A causa tem alcance social pela via da intensidade dos sentimentos, sem fazer o menor esforço de correlação para a adaptar à dinâmica de grupo¹⁷. O próprio afirmava de alguém que, òsendo estrangeiro se não poderá ter por suspeito em nenhuma das cousas que em esta carta escrevoö. Góis manifesta assim a intenção de ser útil fixando as ações e os nomes dos homens. Se a obra é marcada pela sua personalidade, é devido ao seu sentido do atalho: muitas vezes limita-se a reproduzir o facto òcuriosoö já citado por outrem. A esse respeito, a sua experiência continental pode explicar que fale raramente do mar, o qual só aparece para indicar o afastamento, como referido acima.

¹⁴ Adverte-se que esse elemento essencial da cultura portuguesa é muitas vezes mal interpretado.

¹⁵ Assim Sá de Miranda lembrou ao sucessor o princípio de bom governo òpola lei e pola greiö, de modo que os campos estavam definidos e só poetas permaneceram em liça.

¹⁶ òAliás Góis não é historiadorö, afirmação categórica que chocou Pina Martins: òQuand l'auteur affirme que Barros et Castanheda sont de meilleurs historiens que Góis, nous sommes tout á fait d'accord, mais il n'en est pas de même lorsqu'il prétend que Góis n'est pas un historienö (p. XXXIII). Até aqui se vêm os ritos disciplinares enunciados na seção 4 em vez do òsilo bustingö referido na nota 40.

¹⁷ òSi documentées qu'elles soient, nous jugeons également un peu discutables les assertions que Góis n'a pas fait le moindre effort pour s'adapter à une dynamique de groupeí ö. Ver nota 19.

Nos episódios guerreiros, costuma distinguir vitórias, derrotas, atos individuais e personalidades, embora os atores pareçam intermutáveis e os heróis se tornem-se desconhecidos. Dado ao comentário pessoal sobre personagens e factos, tem gosto pela comparação mas é uma atitude que não tem de corresponder aos factos, o que demonstra até que ponto o seu espírito é superficial: Calcut é como Alcochete os chineses são como os alemães!

Como não sentia que era na dificuldade que maturavam as instituições, ao passo que essa ideia apaixonava-o e com razão-o os historiadores italianos do sec XVI, também esquece o homem concreto que apoia o absolutismo para assegurar um mínimo essencial de liberdade em segurança¹⁸. Por isso é mais espiritualista do que humanista, jornalista mais do que historiador, um calvinista sem Calvino.

Os cronistas revelaram como realidade sociológica uma nova classe dos escritores que se definem pelo estilo. Não se sabe se a profissão de cronista agradaria a Góis, até por ter dito que aquele que escreve por gosto se expõe mais à crítica do que aquele que o faz por encomenda. Tem o seu lugar na cultura portuguesa esta personalidade discutida, cavaleiro, com uma célula familiar medíocre e de relações tensas revelando seriedade nas respostas ao Tribunal do Santo Ofício. Nesta situação trágica faz prova de muita compreensão e elevação.

Embora muitas das críticas às obras de Góis fossem fundadas, não se deve falsear o passado para o dobrar às ideologias funcionais e retilíneas de hoje nem para as corroborar: não é nem um jogo de espírito nem uma arma. Assim se explica o sucesso durável das obras até porque depois Jerónimo Osório viria defender o acaso sem objeção teológica e a perda da independência tornaria inútil a querela entre os dois reis, porquanto já não havia como os portugueses escolhessem o melhor tipo de rei, até à Restauração trazer o tema do rei natural¹⁹.

Diogo Barbosa Machado faz a biografia de Góis em 1741, num terreno favorável aos estrangeirados enquanto se iam formando organismos puramente culturais como a ACL em 1781²⁰. Enquanto o movimento anticlerical se expande, vai-se pondo o problema das minorias num liberalismo imbuído da noção de progresso, visível nos escritos de Eça de Queiroz. A obra com tese de Lopes de Mendonça, uma catástrofe científica de história tribunal, surge nesse ambiente, que se mantém com Maximiliano de Lemos em 1921 e depois com David Lopes. Concluem o texto dois pontos sobre a procura da verdade. Passam para a quinta seção, por neles radicar esta homenagem.

3. Inovação no saber tropical: o contributo do IICT

Ao abordar a inovação na pertença comum dos membros da atual CPLP, recorro à tradição iniciada pelos humanistas portugueses, mas no espírito da aprendizagem como futuro²¹. Assim creio que, nas agendas portuguesa, europeia e mundial para a ciência, tecnologia e ensino superior, deve haver mais lugar para o Saber Tropical

¹⁸ A ideia também interessava escritores português como Osório, Barros, Castanheda e Heitor Pinto.

¹⁹ Pareceu-me perceber que tal se teria dado sob influência mariana mas o texto francês fala de uma forte influência de Mariana (p. 208). Só encontrei mais uma ou duas gralhas mínimas em todo o texto, esta seria a única a causar perplexidade. Segue-se uma referência a Antonio Caetano Sousa, que considera Góis inimigo dos Bragança por favorecer D. João II. O autor comenta «Pour employer le langage de l'histoire sociale d'aujourd'hui, il penche vers la dynamique de groupe, déjà implicite dans la généalogie» (p. 210). Sobre a ausência desta dinâmica em Góis, ver nota 17.

²⁰ Na ACL tem críticos como Correia da Serra e defensores como Francisco Morato em 1816, João Pedro Ribeiro em 1812. Com o liberalismo, é redescoberto pelo Visconde de Santarém em 1836.

²¹ Expressão que Manuel Heitor prefere ao habitual conhecimento como futuro, mais determinista porém usado no *Manifesto 2015+*, de que é o primeiro subscritor. Ver notas 27 e 50.

Knowledge²². O caso da CPLP tem a ver com essas três agendas, até porque causa da admirável declaração sobre os ODM, aprovada em 2006²³. Ora o tal *conhecimento mútuo*, resultado da aprendizagem mútua, parece ter sido mais prosseguido por instituições autónomas, civis e militares, do que pelas universidades, que viam a língua como veículo de recrutamento de alunos. Sem prejuízo da relevância de centros de investigação universitários, os Laboratórios Associados mantiveram-se largamente alheios ao saber tropical, mesmo os dois únicos dedicados às ciências sociais, o Instituto daso na Universidade de Lisboa e o Centro deo na Universidade de Coimbra.

Saliente-se, noutro sentido, a ACL²⁴: Por iniciativa de Ilídio do Amaral, passou em 2009 a integrar confrades dos outros países da CPLP, para além de Portugal e Brasil. A iniciativa ajudou a dinamizar a colaboração sobre essas matérias do IICT e do CG&G/FEUNL com o Instituto de Altos Estudos da ACL²⁵.

Em 40 anos, além da citada cronologia, que inclui sucessivas instituições públicas de saber tropical²⁶, existe a mesma abrangência temporal no capítulo intitulado oA organização da ciência nas vésperas da Revolução²⁷. Ora, para além das raízes quinhentistas já evocadas e dos incontornáveis marcos setecentistas luso-brasileiros, a internacionalização dos problemas africanos na conferência de Berlim alimentou o saber tropical. Esse foi o objetivo da exposição sobre *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos (1883-2010)*, integrado nas Comemorações do Centenário, sem necessidade de aludir às oVésperas de outra Revolução²⁸.

²² A expressão foi inspirada pela visita ao Palácio Burnay de Diogo Vasconcelos, pouco antes de partir para Londres. Estávamos a preparar uma nova página web e ele insistia que a sigla IICT fosse perceptível por todos e não apenas pelos seus investigadores. No *brainstorming* que se seguiu, houve um *Eureka moment* e passamos a oSaber Tropical Knowledgeo (até T-shirts se fizeram para a NEI - Noite Europeia dos Investigadores!). Aliás, Diogo Agostinho (*Expresso online* de 27 de Abril e www.marianogago.org) comparou-os pela defesa de um ambiente social propício à inovação e pela morte prematura.

²³ oNão esquecer Bissauo, *Cooperação*, série II, nº 1, 2006, pp. 15-16 estando uma versão completa disponível no blogue História Lusófona do IICT de 5 novembro; oCumprir Bissauo, *Nova Cidadania*, nº 34, 2007, pp. 48-49.

²⁴ Mencionada em 40 anos, p. 187 (origem setecentista), p. 289 (ter sido membro fundador da ESF o Fundação Europeia para a Ciência em 1974) e p. 333 (ser membro do Conselho Coordenador da Ciência e Tecnologia, oinstituição dormenteo substituída em Novembro de 2011 pelo CNCT - Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia). Referi na nota 3 a homenagem a Jacinto Nunes, cujo interesse na crise financeira global, com o mote de osete anos de pastor Jacó servia, abriu caminho para a 2ª edição de *Writing to Queens while Crises Proceed*, livro lançado na Biblioteca Almada Negreiros da FEUNL a 21 de abril, na presença do novo decano da seção, da viúva, da filha e da Embaixadora do Reino Unido. Ver nota seguinte *in fine*.

²⁵ Como lembrei ao tomar posse, cheguei ao IICT pela mão de Alfredo de Sousa, criador da FEUNL. Com base no convénio de 1980, fui nomeado diretor do Centro de Sócioeconomia (CSE, antiga Missão para o Estudo do Rendimento Nacional do Ultramar), em 23 de outubro de 1985 e foi nessa qualidade que tive a primeira interação oficial com Mariano Gago, mencionada no Anexo 2. No início do século, quando trabalhava na OCDE - onde fui o último presidente do centro de desenvolvimento o o presidente do IICT, apreensivo com o futuro de uma instituição na esfera do Ministério da Ciência e Tecnologia, que incluía então mais duas dúzias de centros e moradas, reformou-se. Quase sem dar por isso, interessei-me pelo futuro do IICT, incluindo a Lei Orgânica em preparação. Fui nomeado presidente em 1 de dezembro de 2003, por ocasião da reunião dos Ministros da C&T da CPLP na qual foi decidido garantir o acesso às coleções do IICT. Como mencionado no texto, ACL passou a colaborar com CSE e CG&G em 2008.

²⁶ Na p. 1126 assinam mais dois autores, sendo que o último (Afonso Costa) não se consegue distinguir do famoso homónimo, por sinal primeiro titular da cadeira 18L da ACL, que ocupo formalmente desde que elogiei o meu predecessor imediato em finais de 2013.

²⁷ Da autoria de Maria Fernanda Rollo, diretora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, esteio com Heitor do *Manifesto 2015+* descrito na seção 4, nota 50.

²⁸ Ativa nas comemorações de 1910, Rollo começou por resistir à inclusão do período monárquico do IICT, mas não me ocorreu usar o argumento das vésperas da Revolução de 5 de Outubroo

Assim, à Comissão de Cartografia, criada em 1883, seguiu-se, cem anos depois, o IICT por via da Junta de Investigações Científicas do Ultramar - que incorporou dois organismos do Ministério do Ultramar em 1973 (o AHU - Arquivo Histórico Ultramarino e o JBT - Jardim Botânico Tropical), e teve outros antepassados no século XX: oseguido uma linha de reforço da soberania nacional, ganhou envergadura o projeto da ocupação científica do Ultramar, cuja pedra decisiva havia já sido lançada em 1945, reformando a anteriormente criada (1936) Junta das Missões Geográficas e das Investigações Coloniais (a partir de então Junta das Investigações Coloniais) ²⁹. Especificamente, o IICT tinha por missão o apoio técnico e científico à cooperação com os países das regiões tropicais e assinou protocolos de colaboração muito vastos com várias universidades públicas (Clássica, Técnica e Nova em Lisboa, além de um anexo em Coimbra), no contexto dos quais desenvolveu numerosos projetos de investigação, e trabalhava de perto com Universidades em Moçambique, Cabo Verde, Brasil e Angola, muito antes de existir a AULP.

Na Lei Orgânica de 2003, a CPLP e a ELO ó Associação Europeia para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação passaram a ter assento no Conselho de Orientação (CO). Com a assinatura em 2004 de protocolos de cooperação com a CPLP e a sua Confederação Empresarial (cujo secretariado funcionava na ELO), o IICT passou a servir de *think-tank* destas organizações nas áreas respetivamente da *science for development* e *business for development*. Assim, a pedido da Presidência da Guiné Bissau, elaborou-se um relatório sobre os ODM na CPLP bem como vários trabalhos académicos sobre lusofonia global, parcerias sino-lusófonas e plataformas económicas sub-regionais (ASEAN para Timor-Leste, CEDEAO para Cabo Verde e Guiné-Bissau, CEAC para Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, MERCOSUL para Brasil, SADC para Angola e Moçambique, UE para Portugal) ³⁰.

Avaliada positivamente a renovação do IICT pelo grupo de trabalho chefiado por Contzen, reuniram conjuntamente cada semestre CO e Unidade de Acompanhamento (UA), sob a presidência do representante do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e incluindo, além de outras organizações internacionais, representantes dos Ministros dos Negócios Estrangeiros (através do Presidente do Instituto Português de Ajuda ao Desenvolvimento, entretanto fundido com o Instituto Camões), da Economia, Saúde e Cultura (através do diretor do Instituto dos Museus e Conservação e depois do diretor dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo).

Como o IICT não atribuíra graus de ensino superior, não podia funcionar como uma *research university*. Daí maior dificuldade em renovar investigadores, até que a

²⁹ 40 anos, pp. 162-3. O IICT só é mencionado por extenso quando Carlos Fiolhais enumera os nove Laboratórios de Estado (p. 944), sendo as instituições predecessoras mencionadas na cronologia citada acima (pp. 1087-1126). Curiosamente, na p. 32 vem referido com o nome mais efémero (suprimiram-se os Decretos-Lei): «Em 1980, o estatuto da Carreira de Investigação Científica define e organiza a carreira de investigação (í), aplicando-se assim aos investigadores dos centros do INIC, demais universidades e institutos universitários, Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical (í). Adiante, fala-se dos organismos especializados para as funções de cooperação internacional e de observação e estudo, criados em 1997: «A tutela da Agência de Inovação é assumida pelo Ministério da Ciência, embora continue a partilhar com o Ministério da Economia as responsabilidades de financiamento.» (p. 42).

³⁰ Quanto à ELO, a ligação antiga reaparece no *Relatório sobre Lusofonia Económica* apresentado ao Primeiro-ministro pelo Presidente da CIP, onde a ELO passou a estar integrada, por sinal no dia do lançamento de 40 anos. Os trabalhos foram acompanhados pelo CEIE - Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia, criado na sequência do relatório do grupo de trabalho *Internacionalização e Desenvolvimento*, publicado em colaboração com o IICT, para avaliar políticas públicas, iniciativas privadas, e respetiva articulação, em matéria de internacionalização da economia portuguesa, da promoção e captação de investimento estrangeiro e de cooperação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2011, de 25 de outubro). O relatório vem citado adiante no texto.

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) atribuiu bolsas de gestão científica em 2004 e 2005, criando capacidade de conservação e restauro das CH&C, Coleções Históricas & Científicas na custódia do IICT. Contratar 15 doutorados ao abrigo do programa *Compromisso com a Ciência* permitiu o aumento de 10% no pessoal científico nos anos de 2007 e 2008, com particular benefício para a investigação em ambiente, agricultura e biologia nos países tropicais.

A vocação para a lusofonia económica terá motivado a passagem para a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, via Presidência do Conselho de Ministros, no sentido de promover a diplomacia científica e a aproximação à universidade recomendadas no relatório Contzen de 2013, *IICT 2.0*³¹. Certo é que, quando estava a trabalhar no *Relatório Internacionalização e Desenvolvimento*³², o IICT tinha um potencial científico fortemente renovado e novos Estatutos que entraram em vigor em Agosto de 2012 reforçavam a ligação à cooperação³³. O CO passou a ter uma representação dupla do Ministério da Educação e Ciência, através do presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia, indicado pela Secretária de Estado da Ciência, e do presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, indicado pelo Secretário de Estado do Ensino Superior (então Reitor da UNL), adicionada à representação do MAM - Ministério da Agricultura e Mar no CO através do Presidente do INIAV ó Instituto Nacional de Investigação Agrícola e Veterinária e mantinha os restantes membros, como segue: Ministério da Economia (CO), Ministério da Saúde (CO), Secretaria de Estado da Cultura (CO), CPLP (CO), Confederação Empresarial da CPLP (UA) e Ministério das Finanças (UA). De novo, a nova estrutura organizativa reforçava a articulação com Camões ó Instituto de Cooperação e da Língua bem como a missão do IICT nas componentes de investigação em agronomia tropical e de preservação e divulgação do património, que a UNESCO designa de *cultural heritage for development*.

Tal como a investigação em agronomia tropical, acompanhada por uma unidade onde estavam representadas instituições homólogas dos restantes membros da CPLP sob presidência da Universidade Eduardo Mondlane, a vertente das CH&C era acompanhada por centros universitários da especialidade, bem como o director da Torre do Tombo, que, como se disse, também fazia parte do CO.

Reforçou-se ainda a colaboração com a UNL nas áreas da conservação e restauro (através do Departamento de Conservação e Restauro da Faculdade de Ciências e Tecnologia e do Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas), da biotecnologia, biologia estrutural e das doenças tropicais (Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica, do qual é acionista, Instituto de Tecnologia Química e Biológica e Instituto de Higiene e Medicina Tropical, paredes maias com o

³¹ A este respeito, vale a pena citar como se Heitor avaliou a õprogressiva reorganização dos laboratórios de Estado, incluindo a integração de alguns dos laboratórios em universidades públicas (e.g., o caso do Instituto Tecnológico Nuclear e do seu Laboratório de tecnologias nucleares de Sacavém no IST), ou em estruturas da administração pública (e.g., o caso do IICT no Ministério dos Negócios Estrangeiros)õ, *40 anos* p.133. Acresce que, tendo o CNCT (mencionado na nota 24 a propósito da ACL) encarregado Alexandre Quintanilha de fazer um relatório sobre os LE, limitou-se a seguir o relatório Contzen de 2006, mas ele, que nasceu em Moçambique, ignorou o saber tropical í

³² Ver nota 30.

³³ Conforme fotografia reproduzida no anexo 2, Gago e Contzen encontraram-se no AHU em janeiro de 2012, por ocasião de um colóquio, das atas do qual consta a 1ª edição de *Writing to Queen while Crises Proceed*, com contribuições de José Fernando Santos, Rui Malhó e minhas (estas na sequência duma apresentação em ferragosto de 2009 que refletia a colaboração tripartida referida na nota 25 *in fine*). A 2ª edição, dedicada à memória de Jacinto Nunes, incluiu capítulos adicionais por Rui Vilela Mendes, Renato Flores e Contzen. Publicada por CG&G e IICT, contou com o patrocínio da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira. Ver nota 24.

Palácio Burnay. Além desses dois doutoramentos financiados pela FCT, o gradualismo da transição para a ULisboa permitiu ainda à FEUNL, Instituto Superior de Agronomia (ISA) e várias universidades lusófonas e tropicais montarem um virado para a lusofonia global, em Gestão e Saber Tropical, abreviado em *TropiKMan, Ph.D.*³⁴.

Ao IICT foram ainda atribuídas representações internacionais como CGIAR ó *Consultative Group on International Agricultural Research*, em articulação com MAM, GBIF ó *Global Biodiversity Information Facility* e GMES ó *Global Monitoring for Environment and Security*. Neste último caso, na sequência da 2ª Cimeira EU-África em Lisboa, foi atribuída ao IICT a 8ª Parceria EU - África, em conjunto com FCT, sucedendo a Luís Magalhães (que começou por chefiar a delegação enquanto responsável pela UMIC). Muito interessado na cooperação científica com a China, onde o representei (diretamente e através do CGIAR), Mariano também dinamizou a colaboração científica com a África do sul. Vim a perceber a confiança mútua com a sua homóloga, quando, já em 2014, ambos homenagearam Nelson Mandela em Lisboa.

Por isso Portugal liderou o Projecto BRAGMA (*Bridging Actions for GMES and Africa*) na componente Espaço, área de observação da terra, o qual reconhecido numa publicação que já reflete o interesse da nova Comissão pela ódiplomacia científica³⁵.

Como ilustrado no Anexo 2, no outono daquele ano, acompanhado de João Sentieiro, ex-presidente da FCT, visitou no JBT a exposição sobre *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos (1883-2010)* ó da qual se publicou um lindo catálogo. Antes de ir almoçar para os lados da Picheleira, lembrámos o centenário do próprio Jardim, em 25 de janeiro de 2006, quando ele descerrou uma lápide alusiva (coisa que não gostava de fazer, como já me dissera por ocasião dos 60 anos do Centro de Investigação das Ferrugens do Cafeeiro). Naquela altura, presidiu silenciosamente a uma mesa redonda onde eu estava acompanhado pelo Secretário Executivo da CPLP (representando o CO), J. E. Mendes Ferrão, autor de *As Plantas e os Descobrimentos Portugueses*³⁶, e Joe Berardo, benemérito do JBT. Em 5 de fevereiro de 2012, voltou ao AHU, onde Contzen apresentou uma iniciativa interdisciplinar sobre a crise financeira internacional da ACL e da UNL, intitulada *Ética, Crise e Sociedade*. Além dessa contribuição, as atas da conferência *Ciência nos Trópicos Olhares sobre o passado, perspetivas de futuro* (a cujo Conselho Científico pertenceu, comigo e Rui Malhó por parte da ACL) incluem

³⁴ Vem descrito nas Atas do XXIV Encontro da AULP em Macau, pp. 285-290 (em co-autoria com Bettencourt Capece, Darrell Abernathy e Ana Melo). Partilhando espaços com ISA, teve um conflito com a Reitoria da Técnica acerca do palácio Burnay, reclamado mesmo depois de, em 2001, o andar térreo ficar desocupado na sequência da mudança para o alto da Ajuda do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. A incorporação deste na Técnica data de 1961, pelo que não existia prova de o palácio Burnay não ser propriedade do Estado e uma providência cautelar foi deferida com base na asserção de que o Ministro do Ultramar proferira um despacho verbal de entrega à universidade. Com a criação da Ulisboa, o Burnay ficou no património do Estado e passou para o MNE com a fusão do IICT. Ver abaixo no texto.

³⁵ A 4ª Cimeira em Bruxelas aprovou em 2014 uma Estratégia Conjunta UE-África que substituiu as parcerias a que Portugal copresidiu pelo lado europeu, a 2ª (Governança Democrática e Direitos Humanos) e 8ª (Ciência, Sociedade de Informação e Espaço). Quanto a BRAGMA cf *African network for eye on Earth* p. 27-8 *Investing in European success EU-Africa cooperation in science, technology and innovation*, DGRTD, 2015. No prefácio, Carlos Moedas conclui: *“Over the next five years, I have made it my priority to see science diplomacy embedded in EU relations with our international partners. I am therefore delighted by how this publication underscores the fact that EU cooperation with Africa in science, technology and innovation is already yielding so many promising results and, most importantly, for both continents.”*

³⁶ Tinha sido reeditado e foi abreviado em duas línguas numa linda brochura usada durante a Presidência de 2007. Chegou a estar prevista uma breve visita do Presidente Lula ao JBT, que foi inspirado no equivalente do Rio de Janeiro, tal como no Jardim de Abushi, perto de Acra, Gana, que descobrira por acaso graças a uma reunião do NBER.

um texto sobre os ODM depois de 2015 e uma introdução minha ãem jeito de prestação de contas³⁷.

Também foi inovadora a participação do IICT no consórcio AGRINATURA desde a criação do ECART em 1992, tendo a fusão com a rede universitária europeia NATURA sido levada a cabo sob sua presidência³⁸. Existe ainda o projeto lançado pelo MAM de constituição de uma plataforma europeia para a investigação agrícola tropical, com a designação *Sharing Knowledge Agricultural Network*. O comité executivo é liderado pela INOVISA para salientar a aposta na transferência de tecnologia e na inovação.

O relatório Contzen sobre o futuro do IICT foi apresentado ao CO e à tutela por ocasião dos 130 anos da criação da Comissão de Cartografia³⁹.

Ao contrário dos outros Laboratórios de Estado, o IICT desenvolve a sua atividade para o exterior e não num âmbito nacional e esta abertura económica e internacional prenunciava a aproximação à universidade sugerida pelo avaliador internacional, sem prejuízo dos créditos firmados na diplomacia científica acima mencionada. Esta inovação tentava ultrapassar o ãpensamento em silos que tanto ameaça a boa governação⁴⁰.

Expressa no Orçamento para 2013 a vontade de ãrepensar o projeto do IICT e criar um Arquivo Histórico unificado, começou por interpretar-se esta expressão como um ponto de encontro entre o saber tropical e a política externa, sustentado na aproximação gradual às três universidades públicas de Lisboa, aquilo a Contzen chamaria *IICT 2.0*. Quando o terceiro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação da legislatura decidiu impor um corte substancial no Orçamento para 2014, promovi, em articulação com a Secretária de Estado da Ciência, uma avaliação internacional dos investigadores, presidida por Contzen e incluindo representantes das unidades orgânicas daquelas universidades. Mas a tutela ignorou tal avaliação e escolheu a fusão com a nova Universidade de Lisboa, preservando os colaboradores com vínculo em detrimento nas novas contratações. Os precedentes do Instituto de Tecnologia Nuclear e da própria Universidade Técnica de Lisboa poderia ter facilitado o caminho mas a troca do Palácio Burnay pelo Pavilhão do Conhecimento revelou-se mais difícil do que antecipado. Dois anos volvido, a fusão consuma-se com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 141/2015, de 31 de julho, segundo o qual as atribuições do AHU passam a ser prosseguidas dentro da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas⁴¹. A garantia de manter a

³⁷ Com a passagem para a tutela do MNE, julguei ter chegado ao fim a minha missão, e aceitei funções privadas, compatíveis com o meu regresso à FEUNL logo que se abrisse concurso para a presidência do IICT, o que o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação julgava poder ocorrer em breve até porque tinha sido destacada para o lugar de vice-presidente, Cristina Vaz Tomé, que tinha um perfil de gestora exigido pela tutela. Ao longo do ano de 2012, houve várias reuniões para confirmar junto dos colaboradores do IICT qual o perfil ideal do Conselho Diretivo futuro.

³⁸ Também foi designado como apoio do ponto focal de Portugal no Conselho para a Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, sob presidência moçambicana, e recebeu o director geral da FAO.

³⁹ Como se depreende da nota 1 acima, Mariano estava associado à KVAB, gémea da Academia Real da Bélgica onde entrei pela mão no nosso amigo comum Contzen. Quanto ao Conselho dos Laboratórios Associados, foi criado em 2003, tendo Alexandre Quintanilha sucedido como ãsecretário a João Sentieiro quando este foi nomeado presidente da FCT. Já agora, o primeiro testemunho em www.marianogago.pt mostra uma fotografia da colaboração com Israel e é assinado por um antigo conselheiro da DGRTD afeto ao 7º Programa Quadro, que descreve Mariano como ãmost senior and famous member of the Council, louvando-se no diretor-geral Robert-Jan Smits para concluir: ele era muito mais do que -just another minister. Cf. exemplo de superação do tribalismo na nota 58 *in fine*.

⁴⁰ Esse o título do novo livro de Gillian Tett, resumido no *FT* de 22 de agosto, na linha de artigos anteriores referidos em *Writing to Queens*. O relatório sobre *Internacionalização e Desenvolvimento* tentou ão silo busting ã relativamente à ãdiplomacia económica ã incluindo *business for development*.

⁴¹ O citado Decreto-Lei nº 141/2015 deixa às instituições sucessoras margem para acordar uma gestão integrada das CH&C, conforme expresso na última reunião da Direção do IICT. No início de maio de

õmarca IICTõ também consta do Decreto-Lei mas a característica de linha de força da história diplomática portuguesa que tem o *Saber Tropical Knowledge* continua a ser a melhor forma de interpretar a tradição de Damião de Góis, com tudo o que a lusofonia global tem de ambiciosamente ambíguo. A aprendizagem mútua resulta da política e das políticas de países muito diferentes, sendo que prédios e coleções aproximam pessoas através do passado comum.

4. Política e políticas

4.1. Ritos tribais de um livro õinapresentávelõ

No dia em que tomaram a Bastilha e se lançou o tomo de 1,752Kg, o grande auditório do ISCTE estava repleto e os ritos bem visíveis: José Pacheco Pereira (com quem fiz campanha eleitoral no Porto em 1991, e também tinha relações profundas com meu pai) apresentou um livro que disse ser inapresentável. Revelou então, com aquele jeito manso que é só seu, afinidades eletivas com o homenageado, começando pela circunstância de terem recebido o mesmo prémio *Fósforo Ferrero* em plena puberdade. Sobre tribos académicas não podia falar o meu amigo e companheiro, mas os representantes das várias associações de classe que se sucederem no pódio atestaram exuberantemente a relevância da abordagem antropológica ensaiada acima. O próprio Reitor da IUL nos acompanhou ao auditório - onde estaria no início - e trocámos impressões sobre quem ali cantara *Grândola Vila Morena* no inverno de 2013. Ora, nem de propósito, o relato de Filomena Naves no *Diário de Notícias* (intitulado Livro sobre 40 anos de política de ciência é "um grito para novo ciclo") suscitou quatro comentários de dois leitores que (com a devida vénia, mas sem comentários) reproduzo na caixa.

Rui Vieira: Quem sabe escreve ... quem não sabe grita que "a ideia foi dele " !!!

RV: Há quatro anos a destruírem a investigação em Portugal, estes Coelhoistas não se enxergam !!!

Emídio Teixeira: Julguei que era mais um "grito de alarme" a favor do socratintas, o chefe do flopkosta. Confundi "Science Po" com "Po de la Science".....Livra!

RV: Licenciado aos 37 anos , numa Universidade Privada, pela mão de uma tal Maria Albuquerque, professora (?) licenciada/ mestra em economia, ...também conhecida pela Miss Swaps (tantos foram os que fez como "gestora" publica) ...que acabou como ministra do " bom" aluno ??? ... Quem o ex primeiro- ministro ??? ... Não estarás a confundir os Currículos ?? ... ESSE não foi o COELHO !? ...Estes cuehlistas !!!

Da abordagem antropológica ao evento não resulta, como é óbvio, menor autenticidade: houve muitos comentários da plateia e um aplauso de pé à mãe de Mariano, a Senhora Dona Maria das Dores, que eu tivera oportunidade de cumprimentar na sala ao lado de Karin Wall, sua viúva⁴². Aí estavam apresentador e organizadores, aos quais se juntaram autores como Augusto Santos Silva e convidados como Artur Santos Silva ó para citar apenas um de cada.

Emotivamente, o livro começa com um poema quase centenário de Alberto Caeiro dedicado a Mariano: õTodas as teorias, todos os poemas/ Duram mais que esta flor./í Ser real é a cousa mais nobre do mundoõ. Segue-se um elenco de 69 nomes sem

2015, convoquei a UA das CH&C com o propósito de ajudar a definir princípios e procedimentos compatíveis com as recomendações aprovadas em 2003 no Rio de Janeiro e reiteradas em Luanda em 2005, nos termos da chamada Iniciativa Portuguesa dos Ministros da C&T da CPLP. Em finais de julho, na sua 329ª reunião, a Direção do IICT chegou a uma posição comum com a direção do AHU que se espera ajude DGLAB, ULisboa e restantes partes interessadas a prosseguir as boas práticas nesta matéria.

⁴² Sobre o sentido de família de Mariano, que tive oportunidade de apreciar quando conheci a filha arquiteta e sua mãe socióloga, recomendo o testemunho de Beatriz Ruivo õMariano Gago, a ciência e a famíliaõ, no *Público* de 28 de Abril, reproduzido em www.marianogago.org.

filiações (41 autores, 23 testemunhas e 5 organizadores, a negrito no texto e notas desta seção) e um índice detalhado que a apresentação da obra antológica (p. 19), assinada por representantes das duas instituições promotoras⁴³, declara estar organizada em duas partes. A primeira, I Parte *ó A construção e Desenvolvimento do Sistema Científico*, reúne 13 capítulos que percorrem os vários temas: das instituições aos mecanismos e instrumentos mobilizados para o desenvolvimento científico na sociedade portuguesa. A segunda, II Parte *ó A expansão e diversificação do ensino superior*, reúne 18 capítulos, relativos aos diferentes temas selecionados, da organização do sistema, às questões do acesso e da autonomia, bem como dos recursos e instrumentos de regulação (p.20).

1. Instituições de Financiamento e avaliação: INIC, JNICT, FCT, Agência de Inovação, FCCN (Fundação para a Computação Científica Nacional);
2. Fontes de financiamento: orçamento de Estado, fundos estruturais e instituições privadas, Fundação Calouste Gulbenkian; NATO;
3. Recursos humanos: formação avançada, emprego científico e mobilidade;
4. Atividade científica e projetos de I&D;
5. Instituições científicas: Unidades de I&D, Laboratórios Associados, Laboratórios de Estado, Universidades, IPSFLs (Instituições Privadas sem Fins Lucrativos) e Empresas;
6. Infra-estruturas;
7. Cooperação Internacional e integração Europeia;
8. Participação em organizações científicas internacionais e parcerias internacionais;
9. Cultura Científica e ensino das ciências;
10. Associações científicas.
11. Fundamentos e reformas constitucionais;
12. Autonomia, diversificação e governança: modelos de gestão, universidades e politécnicos, público e privado;
13. Acesso: *numerus clausus*, exames e provas, ação social, novos públicos;
14. Estudantes: percursos, associativismo, estatuto;
15. Emprego dos diplomados;
16. Financiamento (propinas e co-pagamento, público e privado, fundos estruturais);
17. Avaliação: OCDE, CNAVES (Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior) e A3ES (Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior);
18. Oferta e Organização dos ciclos de ensino: Bolonha; universidades e politécnicos;
19. Recursos Humanos: formação avançada, Estatuto da Carreira Docente e mobilidade;
20. Movimento sindical;
21. Internacionalização: Erasmus; parcerias internacionais; PALOP;
22. Desenvolvimento científico no ensino superior;
23. Desenvolvimento e modernização pedagógica.

Porém, ressalta do índice uma arrumação mais complexa, na qual se agrupam capítulos na introdução, na conclusão, em duas seções (política científica; instituições, recursos financeiros e infraestruturas, ciência e sociedade) na parte I e em cinco seções na parte II (organização e desenvolvimento institucional; acesso e equidade; autonomia e modelos de gestão; instrumentos de financiamento, regulação e avaliação; testemunhos de políticos e cientistas)⁴⁴.

⁴³ **Maria de Lurdes Rodrigues** CIES Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-IUL e **Manuel Heitor** IN+ Center for Innovation, Technology and Policy Research do IST/ULisboa.

⁴⁴ A iniciativa teve um conselho científico, cujos sete membros são listados na capa. Entre eles, assinaram testemunho **Alexandre Quintanilha**, **José Marques dos Santos**, **Alberto Amaral** e **Maria Manuel Leitão Marques**. Não foi o caso de **António Firmino da Costa**, **João Ferreira** do Amaral e **João Sebastião**, estando o primeiro e último filiados no CIES, tal como as quatro coorganizadoras e mais duas autoras. Como no elenco abundam engenheiros, biólogos e sociólogos e como não há outro rasto do economista catedrático do ISEG, apetece substituir do Amaral por **de Almeida**, outro histórico do CIES,

Na página 21 surge um quadro a duas colunas, com dez temas de ciência e tecnologia à esquerda, e treze temas de ensino superior à direita (reproduzidos acima, com a explicação de acrónimos julgados menos comuns). Ainda assim, os autores advertem: «registam-se lacunas na produção de informação e conhecimento pelo facto de, até hoje, não terem suscitado o interesse da investigação ou mesmo da avaliação das políticas (...) Com este livro, revelando tais lacunas, e o muito que há a fazer em matéria de investigação, análise e avaliação das políticas públicas de ciência e de ensino superior, espera-se dar um contributo para promover a inscrição de tais temas em futuras agendas de investigação. Teria ainda sentido incluir nessas agendas, estudos comparados com outros países e regiões, designadamente na Europa, assim como estudos detalhados sobre a influência do processo de integração europeia nas políticas públicas em Portugal» (p.22).

As lacunas enumeradas respeitam:

- ao papel dos sindicatos de docentes do ensino superior na definição dos estatutos profissionais dos professores e dos investigadores e na definição dos mecanismos de regulação do acesso e da progressão nas carreiras;
- ao papel dos Laboratórios do Estado e às articulações estabelecidas entre as respetivas tutelas, as universidades e as empresas, assim como ao impacto da participação de Portugal em grandes organizações científicas internacionais;
- à relação entre a tutela da ciência e do ensino superior e a orientação da política científica;
- ao impacto dos programas de modernização das infraestruturas físicas e tecnológicas e à partilha de equipamentos comuns.

Uma (grande) lacuna, não enumerada mas já abordada na segunda seção, escreve-se CPLP, soletrada por uma das coorganizadoras a páginas 753 (relativamente ao aumento dos públicos estrangeiros no ensino superior) e por **João Guerreiro**, antigo Reitor da Universidade do Algarve a páginas 1011, reivindicando uma prioridade de dez anos para a (sua) AULP - Associação das Universidades de Língua Portuguesa, esclarecida adiante.

Na intervenção de abertura no Grande Auditório, **Maria de Lurdes Rodrigues** evocou a pressa a que obrigou a motivação radical de atualizar o *Manifesto* no ano em que se completam 25 sobre a sua publicação. Interpretando a vontade expressa por muitos, esta obra é dedicada à memória de José Mariano Gago. Procuramos assim preservar a memória do seu pensamento, mas também a memória da forma persistente como se dedicou à ciência e ao país, a forma como valorizava o diálogo, o debate e a crítica, no processo político, como no processo de aprofundamento do conhecimento⁴⁵.

A tabela imensa segue-se uma análise cronológica pela primeira organizadora, da qual se respigaram, em nota ou no texto, elementos relevantes para o enfoque desta homenagem na inovação⁴⁶. Ela descreve a 6ª fase, em curso, como de «crise económica», acrescentando: «Os riscos de perda de recursos e de autonomia, de desinvestimento e desmantelamento podem não se circunscrever apenas ao momento conjuntural, afetando mais profundamente o futuro funcionamento do sistema científico e do ensino superior». E continua nas páginas 49-50, num crescendo de cinco parágrafos, numerados a seguir:

que escreveu o último testemunho, mas só depois de conferir. Do IN+ contei o organizador e mais três autores. A filiação indicada é a que consta dos respetivos sítios, mas pode estar errada, veja-se nota 50.

⁴⁵ 40 anos, p.23; *Manifesto para a Ciência em Portugal*, Viseu: Gradiva, 1990; Comentário ó Notícias da ciência em Portugal em 2014. *Análise Social*, 210, XLIX (1º), pp. 191-197. Ver nota 53.

⁴⁶ Conforme explicado na seção 3, nota 29.

1. No que respeita à política de ciência a decisão mais importante foi a da diminuição dos recursos financeiros e humanos destinados ao setor, decisão que se materializou na diminuição drástica do número de bolsas, de doutoramento e de pós doutoramento, e dos contratos Ciência, bem como na redução do número de centros de investigação apoiados pelo programa de financiamento plurianual (menos 30%) e diminuição das dotações globais para apoio a projetos de investigação.
2. Tais decisões sustentaram-se numa alteração das regras e dos critérios de avaliação tanto das bolsas como dos centros de investigação. Estas alterações foram contestadas publicamente e suscitaram muitas dúvidas não apenas sobre a razoabilidade dos novos critérios como sobre a qualidade dos próprios processos de avaliação.
3. Sem que se tenha promovido qualquer debate público, através dos instrumentos de execução das políticas de ciência, como é o instrumento de avaliação, foram introduzidas orientações relativas à prioridade atribuída a algumas áreas disciplinares e de aplicação, discriminando negativamente as ciências fundamentais e sociais e humanas.
4. No que respeita ao ensino superior, a principal marca das políticas respeita à perda progressiva de autonomia, por imposição das regras de controlo orçamental por parte do Ministério das Finanças. Foram ainda introduzidas mudanças nos critérios para a atribuição de vagas às instituições de ensino superior, estabelecendo uma articulação com a empregabilidade dos cursos. No que respeita à diversificação da oferta formativa, foram de novo regulamentadas as condições de criação de cursos pós-secundários de curta duração, não conferentes de grau, sendo as instituições de ensino superior estimuladas, através do financiamento, a organizar este tipo de cursos. De resto, o número de candidatos e de alunos no ensino superior continua a decrescer, para o que contribuiu também o desinvestimento feito, nesta fase, no segmento de alunos com mais de 23 anos.
5. Quatro anos talvez não sejam tempo suficiente para promover uma avaliação dos impactos das políticas lançadas neste período; contudo, os indicadores gerais permitem observar uma regressão, tanto ao nível do investimento, como de execução das políticas públicas tanto na ciência como no ensino superior.

Segue-se uma análise de impactos pela quarta e quinta coorganizadora, da qual se destaca a visão prospetiva ãacordo de parceria Portugal 2020 recentemente apresentado (integrado na estratégia Europa 2020) no qual se anuncia uma clara focagem dos investimentos públicos na promoção da Investigação e Inovação nas empresas e na sua articulação com outros centros de saber, segundo a estratégia de especialização inteligente atualmente aconselhada a nível europeu. As últimas opções da FCT dão igualmente conta de alguma alteração nas orientações da política científica em Portugal, designadamente com a redução do número de bolsas de formação avançada e a adoção de um modelo de financiamento centrado na figura do investigador de excelência. Tais medidas recentes têm sido alvo de forte contestação por parte de investigadores e instituições científicas, que cada vez mais denunciam a ausência de um debate alargado entre *stakeholders* a propósito do estabelecimento das agendas da política científica e tecnológica em Portugal⁴⁷.

Volta-se depois ao tema citado acima da crise, notando a queda de investimentos e efetivos, divididos, como habitualmente, entre ensino superior e ciência e tecnologia. Sobre esta, salienta-se ãalguma dificuldade de inclusão de atividades de I&D no setor

⁴⁷ 40 anos pp. 53-54 não se reproduzem três notas, exceto a última sobre a ausência de debate, citando que ãfoi também apontada num relatório de diagnóstico realizado sob a chancela da FCT *Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação. Desafios, forças e fraquezas rumo a 2020*, Lisboa, 2013ö.

empresarial, designadamente na indústria.⁴⁸ Na comparação da despesa em I&D relativamente ao PIB, apresentam-se dados da OCDE (já com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais atualizado) onde EU registam 2,8%, UE 1,9% e Portugal 1,4% em 2013. Lamenta-se a queda desde o pico de 1,6% em 2009.

A um economista apeteceria lembrar que, ao longo do intervalo escolhido, o aumento registado foi de cerca de 20% nos EU e na UE ao passo que em Portugal ultrapassou os 160%. Porém, o raciocínio é sobre médias não aumentos, sacralizando a meta dos 3%, deslocada da Estratégia de Lisboa para o Horizonte 2020, a qual continua òlargamente por cumprir; e, não obstante os progressos entretanto verificados, os níveis de produção científica e tecnológica (por relação ao volume da população) permanecem baixos em muitas áreas⁴⁹.

Outro desafio é òa necessidade de uma melhor articulação entre os domínios da produção e da utilização do conhecimento, e entre as políticas especificamente dirigidas a estes dois campos (í) perante um cenário de crescente adoção dos princípios de especialização inteligente de matriz regional. A este acresce a eventual dificuldade em compatibilizar os interesses e exigências competitivas das instituições científicas, por um lado, e das empresas portuguesas, por outro, sabendo-se que muitas das questões que se colocam no quadro do tecido produtivo nacional poderão ser de pouca relevância para investigadores integrados em redes científicas de excelência internacionalö (p. 75).

4.2. Mitos empresariais do Estado

A anunciada parte I abre com a primeira de três contribuições do segundo organizador, um capítulo de 66 páginas (mais referências), intitulado òCiência e conhecimento na modernização de Portugalö. Antes de resumir, vale a pena aludir aos dois outros capítulos, com uma trintena de páginas cada um. Na parte II, escreve sobre òBolonha e o desafio da democratização do acesso ao conhecimentoö⁵⁰. A conclusão sobre òUma nova centralidade para o conhecimento nas políticas públicasö assenta na òformulação teórica das sociedades baseadas em conhecimentoö embora o autor defenda a escola dinamarquesa da òeconomia da aprendizagemö, òdinâmicaö, ao contrário da òeconomia do conhecimentoö. Assim, o òestudo comparado de sistemas científicos e tecnológicos, ou da construção social do conhecimentoö permite determinar o desempenho desses sistemas a partir dos níveis de acumulação da despesa em I&D ao longo de vários anos. Repetindo os argumentos usados na I parte: òapesar do crescimento impressionante nos

⁴⁸ 40 anos p. 63-64, onde se aventa que tal òdecorrerá não só do perfil de especialização da economia portuguesa mas, também, das dificuldades ainda persistentes no que respeita à aposta em estratégias de inovação nos setores industriais mais tradicionais (salvo raras e muito interessantes exceções). A este panorama junta-se ainda o facto de boa parte dos esforços de inovação das empresas portuguesas se dirigirem a alterações incrementais nos processos produtivos, fundados principalmente na compra de novos equipamentos ou sistemas de informação. A inovação dirigida à criação de novos produtos é relativamente mais raraö citando EUROSTAT (*Science, technology and innovation in Europe*, 2013).

⁴⁹ 40 anos, p. 74. Salienta-se a seguir outra variável estratégica, o òemprego científicoö, que òtem tido dificuldade em ganhar espaço, e muitos jovens doutorados estão a abandonar o país, ficando em aberto saber se terão condições para regressar e contribuir (como outros antes o fizeram, de modo decisivo) para a dinamização da C&T nacionalö. A afirmação do texto ignora trabalhos de Daniel Cohen para o Centro de Desenvolvimento da OCDE (*The ladder of competitiveness and how to climb it*, 2006 com Orsetta Causa) sobre o equilíbrio dos contributos para o crescimento industrial, e a demonstração teórica e empírica da importância da complementaridade das políticas, resultante de trabalhos com Joaquim Oliveira Martins, da OCDE, nomeadamente no *Journal of Comparative Economics*, 2014.

⁵⁰ Em co-autoria com Hugo Horta, também do IN+, filiado na Universidade de Hong Kong quando subscreveu o *Manifesto 2015+*, òO conhecimento como futuro: uma nova agenda política para a ciência, a tecnologia e o ensino superior em Portugalö, divulgado em junho e que em ferragosto reunia 678 subscritores. Ver nota seguinte.

últimos 30 anos, com a despesa de I&D a aumentar 5 vezes mais do que o PIB, os valores acumulados são ainda significativamente inferiores a qualquer outra região do sul da Europa e muito distante dos números do norte da Europa (í). Reconhece que o crescimento económico não é uma simples questão de investir em educação ou em C&T para advertir òque os benefícios do crescimento económico podem ser distribuído de forma desigual e um padrão médio de alta qualidade de vida pode não se traduzir em melhoria para todos. As implicações destas observações para Portugal são relevantes, especialmente para considerar os desafios de promover a equidade no acesso, a mobilidade social e a capacidade e qualidade da prestação de um sistema massificado e diversificado de ensino superior, para o qual o esforço em C&T é determinante. O contexto de divergência com a Europa leva-o a perspetivar um *Pacto Nacional* (p. 1085) valorizando seis aspetos, o quinto dos quais se chama òMais economia, com empresas para o conhecimento⁵¹.

Assim se ignora a òdestruição criativa de Joseph Schumpeter (autor ausente das referências acumuladas no fim do volume) talvez por causa do trocadilho de òcriação destrutiva com o qual Mazzucato brindou o célebre austríaco. Por isso mesmo a recensão que o *Economist* de 31 de agosto de 2013 fez ao *Entrepreneurial State* deu lugar a uma troca acesa de comentários, com a autora a reconhecer que a sua tese é de que o Estado PODE (maiúsculas no original) fomentar o empreendedorismo mas também pode falhar⁵². Tudo depende da capacidade em tornar complementares as políticas industrial e financeira, o que até se tem revelado mais difícil ao nível da União Europeia do que dos estados membros, quando aquela deveria ser mais capaz do que estes a executar políticas de longo prazo, por não estar tão sujeita ao ciclo eleitoral. Pensar que a miopia só afeta os empresários é claramente contra-factual e fruto dos mitos empresariais do Estado sobre os quais ela pretende atrair financiamentos públicos e privados.

Na parte I, Heitor começa por motivar o òatraso científico da sociedade portuguesa com citações de Anastácio da Cunha (1780) para quem apenas òo nosso poeta mereceria o epíteto de ògrande homem⁵³, Oliveira Martins (1865) que nos condena a òlavar terras e emigrar para o Brasil e o *Manifesto* de 1990, que refere òinstituições geralmente atrasadas, pouco inovadoras, pouco produtivas, muito dependentes e rígidas, isoladas. (p. 82). Recorre depois aos estudos do GEBEI de **Lino Fernandes et al.** (publicado muito mais tarde na *Análise Social*) e até cita um livro meu de 1970 sobre a dívida externa portuguesa (problema então inexistente). Salienta ainda òa criação dos Estudos Gerais Universitários em 1962, até porque òuma grande parte do pessoal docente afeto a estas universidades regressou a Portugal, facilitando a criação de novas universidades através da reforma do ministro Veiga Simão em 1973 (em particular a Universidade Nova de Lisboa (p. 91). No período mais recente menciona o òfeito Ciência Viva, que pretendia fomentar o interesse das gerações mais jovens em áreas

⁵¹ Esta seção é idêntica ao *Manifesto 2015+* referido na nota anterior, cujos dois primeiros subscritores foram referidos na nota 27.

⁵² òFinancing innovation: creative destruction vs. destructive creation, *Industrial and Corporate Change*, 2013, pp. 858: òThe financial crisis exposed the inability of traditional finance models to understand the way that risk was being accumulated, yet hidden, in the economy through the splicing and dicing of risk by different types of -financial innovations (e.g. credit default swaps, derivatives), bringing new heights to the moral hazard problem. Yet, little attention has been given to the fact that innovation, hence the -capital development of the economy, requires a specific type of risk taking: Schumpeterian risk aimed at creative destruction, not destructive creation.

⁵³ No seu Comentário citado na nota 45, p. 193, Mariano cita esse mesmo autor em termos mais relevantes para o problema, quando afirma que no século XVI òfomos aquilo a que os ingleses chamam -good scholars bons estudantes.

relacionadas com a ciência e a tecnologia, cuja diminuição constituía o motivo crescente de preocupação no panorama europeu (p. 99).

Só que ignora a dimensão dinâmica antes enaltecida ao concluir que para consolidar o desenvolvimento científico do país numa posição semelhante à de outros países, é necessário investir mais fortemente em ciência, a um ritmo mais rápido do que noutros países, e durante um período longo de tempo. Isto porque, mesmo com este forte investimento em C&T, o investimento português está ainda longe do realizado por outros países de pequena e média dimensão integrantes da União Europeia, como por exemplo a Bélgica, a Áustria, a Dinamarca ou a Finlândia (p.101)⁵⁴.

Compreensivelmente, destaca os programas de parceria com instituições de referência como MIT, Carnegie-Mellon, Harvard, Austin, Fraunhofer, *École Polytechnique Fédérale de Lausanne*, as quais tiveram como objetivo estimular a integração de instituições nacionais em redes científicas emergentes a nível internacional, da mobilidade de estudantes e docentes e do reforço de atividades científicas e académicas integradas em redes internacionais. (í) O investimento em C&T no período analisado foi ainda acompanhado de uma importante iniciativa de apoio ao emprego científico, através de um novo programa público lançado em 2007 que veio a facilitar condições contratuais por instituições científicas para cerca de 1200 novos investigadores doutorados (cerca de 40% estrangeiros) (í) O impacto do número crescente de investigadores e das suas qualificações na produção científica portuguesa foi notório.

(í) A produção científica em Portugal duplicou desde 2003 (quase triplicou desde 2000) (í) Portugal era em 2010 o país cujas publicações científicas por milhão de habitantes mais cresceu desde 2000 (com cerca de 626 publicações científicas por milhão de habitantes em 2008). Os números mostram uma base científica internacionalmente competitiva, mas quando comparada com outros países europeus de pequena ou média dimensão, como a Suécia ou a Dinamarca, revela também que este crescimento precisa ser sustentável através de esforços no sentido de aumentar a massa crítica necessária para a relativa densificação de comunidades integradas no conhecimento (p. 107-8).

Adverte então que, na fase corrente, surge uma ideia perigosamente próxima de tudo aquilo que impediu que Portugal assumisse o desafio da ciência mais cedo (p. 111). Deve-se notar que as ações políticas desde 2011 têm sido (politicamente) promovidas em associação com a perceção de que as políticas anteriores devem ser alteradas. A este respeito, dois tipos de argumentos têm sido apresentados, os quais são muitas vezes contraditórios entre si e podem resultar de influências políticas distintas. Por um lado, há um argumento recorrente em Portugal para a orientação do apoio público a empresas e principalmente para reforçar a competitividade das empresas, e, por outro lado, a necessidade de reforçar critérios de seletividade do apoio público, com base na alegação frequente de sobre-qualificação da população para o tipo de procura⁵⁵.

A propósito da contribuição média de cada cidadão português para a ciência ser semelhante à de países como a República Checa, mas ainda é inferior à de Espanha, da Eslovénia ou da Itália (ou seja, países que Portugal ultrapassou em termos de

⁵⁴ Complementarmente, sublinha que a Balança Tecnológica de Pagamentos Portuguesa se tornou positiva entre 2007 e 2009 em relação a Holanda, França, Reino Unido e EUA, sendo o saldo mais positivo referente a Angola (p. 104).

⁵⁵ 40 anos, p. 113, citando de novo Comentário na *Análise Social* (ver notas 43 e 51). O argumento é retomado quase *ipsis verbis* na p. 1071. Naturalmente que esses esforços dependem das competências dos novos investigadores e do nível de formação avançada da força de trabalho. Além disso, depende da estrutura da economia em termos do tipo e número de empresas, hospitais e outras instituições com atividade de investigação que operam em Portugal (p. 114).

investigadores por mil ativos)õ volta à õanálise de três vetores estruturantes: recursos humanos, instituições e atividadesõ (p. 118).

õFoi neste contexto que, com o aumento da capacidade de formação doutoral em Portugal, é lançado em 2007 um programa inédito de promoção do emprego científico, visando também a renovação do corpo docente nas universidades portuguesas. O programa começou por envolver cerca de 1200 novos contratos por universidades portuguesas e unidades de investigação até 2010. (í) Vale a pena notar que 41% de todos os doutorados contratados eram estrangeiros. Dos 41% de estrangeiros, 18% eram oriundos da União Europeia, 4% de países de língua oficial portuguesa (sobretudo, Brasil), enquanto os restantes 19% eram provenientes de países como a China, Índia, Rússia ou os Estados Unidosõ⁵⁶.

As õNotas finaisõ repisam a escala, a diversidade e a dinâmica do sistema, enquanto determinantes do apoio à produção e difusão do conhecimento, para concluir com õa necessidade de qualificar ainda mais recursos humanos e aumentar a massa crítica das nossas unidades e redes de I&D continua a ser fundamental, como sempre tem sidoõ (p. 143).

4.3. Redes e testemunhos comunicacionais

Os capítulos seguintes incluem uma análise da I&D empresarial por **Lino Fernandes** o ex-GEBEI já referido e da internacionalização por **Teresa Patrício**, terceira coorganizadora, que escreve õos *estrangeirados* tiveram enorme importância no impacto da Revolução Científica em Portugal durante o séc. XVIIIõ⁵⁷. õE a formação no estrangeiro continuou a ser importante para muitos dos cientistas portugueses que se doutoraram durante a segunda metade do séc. XX. Ainda que tenha havido um apoio direto do Estado nesse sentido a vários então docentes do ensino superior ou investigadores de laboratórios do Estado para a obtenção de doutoramentosí , este trajeto pelo estrangeiro foi também, em muitos casos, resultado de uma fuga à guerra colonial e ao clima de repressão política e intelectual do regime ditatorial antes do 25 de Abrilõ (p. 267-8).

Argumenta ainda que õa endogamia académica não é alheia a esta trajetória institucional. Apesar de indicadores tradicionais para a sua análise (p. ex. a percentagem de docentes com doutoramento noutra instituição) serem favoráveis durante esse período, e mostrarem de facto que a formação doutoral passou por outra instituição, o cordão umbilical estava então verdadeiramente associado à instituição de origem. Deste modo, ainda que a formação internacional tenha sido um forte marco da construção do sistema, não esteve verdadeiramente associada a uma forte mobilidade do mercado académicoõ (p. 271).

Outro aspeto relevante é a comunicação de ciência, lançada pelo *Manifesto*, embora, õaté à concretização desse plano em 1995, e com a mudança de governo, Portugal irá

⁵⁶ 40 anos, p. 126 (por área p. 127).

⁵⁷ A dileta prima acrescenta em nota õnão analisamos as questões do género no contexto dos processos de internacionalização. Estas não deixam de ser aqui extremamente relevantes, tal como na organização da atividade científica em geral, nomeadamente na sua relação com a mobilidade internacionalõ. Quanto aos õestrangeiradosõ, conceito õcriticized by the historian Jorge Borges de Macedo on the grounds that its value-based use implies a whiggish search in the past for 'good' and 'bad' attitudes, often revealing judgments about contemporary society based on binary oppositionsõ, cita um artigo no *Social Studies of Science*, 2000, pp. 591-619, onde Ana Carneiro, Ana Simões e Maria Paula Diogo, historiadoras da ciência da UNL e da ULisboa, argumentam que õthe common features usually ascribed to the estrangeirados cannot be found in the categories defined in the realm of economic, social, political and cultural history but, rather, in the set of epistemological choices, ideological commitments and agendas, which they all shared. We therefore suggest in this paper a redefinition of the concept of estrangeirado in the context of a notion of 'network', emphasizing two main dimensions: the scope of shared problems and the density of individual relationshipsõ.

seguir os programas de ciência da comunidade europeia que pouco tinham a ver com a realidade e necessidades específicas do país (p. 472). Em 2002, o governo muda em Portugal e, se Mariano Gago tem um papel crucial no desenho da estratégia Europeia, lançada pelo tratado de Lisboa, é com o novo governo que se dá a sua implementação em território nacional. O programa para a promoção da cultura científica do POCTI (Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação 2000-2006), programa do QCA, desenhado pelo governo socialista é essencialmente o programa coordenado pela Agência Ciência Viva (p. 483-4). O financiamento para recursos humanos que se vê nos mesmos programas também permitem a Ramôa Ribeiro, então presidente da FCT, abrir em 2003 bolsas específicas para a Promoção e Administração de Ciência e Tecnologia ó as PACT. Estas bolsas para formação, com financiamento previsto no Fundo Social Europeu, são distribuídas nos concursos nacionais para doutoramentos e pós-doutoramentos. Outras bolsas não menos importantes para a comunicação de ciência são destinadas diretamente às instituições que as requisitassem mas em número limitado, ou inseridas nos projetos de investigação e nos projetos estratégicos como recursos humanos, as denominadas Bolsas de Gestão de Ciência e Tecnologia ó BGCT.⁵⁸

Os comunicadores de ciência concluem: para uma ciência cidadã participada é fundamental que todos os estádios e modelos de comunicação de ciência sejam chamados para atuar em conjunto. Só os comunicadores de ciência estão disponíveis e preparados para tal função ó só assim poderá, no futuro, Portugal pôr-se em igualdade de posições com qualquer país democrático. Só assim poderá, também, ser possível explorar as potencialidades do país e dos seus cidadãos. Só assim poderemos usar e usufruir plenamente da ciência e sermos aquilo que Mariano Gago um dia sonhou: uma nação democrática de economia competitiva baseada no conhecimento (p. 502).

Os testemunhos de políticos e cientistas começam pelo de **Eduarda Gonçalves**, outra antiquíssima familiar, também da FEUNL. Volta a lembrar que a nossa história política e social foi marcada durante séculos por uma cultura hostil à liberdade de pensamento, à reflexão crítica e à racionalidade científica, apenas contrariada pelos esforços de alguns para promover a educação e a ciência, quase sempre guiados por modelos vindos de fora e confrontados com fortes entraves, no plano político, ao lançamento das necessárias reformas⁵⁹. Segue **João Lobo Antunes**, vizinho este nos dois lados do Atlântico, que, jungindo estrangeirados e laboratórios associados, acrescenta um mandato deste alcance só poderia ser cumprido se o seu líder tivesse a

⁵⁸ 40 anos, p. 485. **Catarina Amorim** e **Júlio Borlido Santos**, biólogos e jornalistas de ciência, continuam: A crise que havia começado em 2008 fez-se sentir em Portugal cada vez mais, levando a uma procura além-fronteiras de recursos financeiros, nomeadamente da União Europeia (í). Dessa data em diante, consórcios nacionais têm conseguido conquistar sem interrupção parte deste financiamento competitivo (p.492). Inserem uma referência à *Noite Europeia dos Investigadores* acolhida no Jardim Botânico Tropical desde 2005 tendo-se realizado no Museu da ULisboa em 2014 mas, ligados ao Ciência Viva escrevem que nesse mesmo ano, um consórcio de laboratórios de investigação portugueses competiu e ganhou fundos para realizar a NEI. Se este lapso ilustra como as tribos académicas não poupam a comunicação, também é curiosa a coincidência que os autores apontam a seguir: É interessante que duas eurodeputadas portuguesas de forças políticas diametralmente opostas têm papel preponderante naquilo que é o programa final do H2020: Maria da Graça Carvalho e Marisa Matias. A primeira foi Ministra portuguesa no sector da ciência e da inovação durante o governo de Durão Barroso (e depois de Santana Lopes), o qual vai ser presidente da comissão no período de escrita do H2020. Marisa Matias, por outro lado, tem um curriculum de investigadora em ciências sociais desenvolvido no período de expansão da ciência portuguesa, e claras preocupações sociais, contrárias às dos lobbys industriais que marcam o H2020 (p. 498).

⁵⁹ 40 anos, p.924 onde cita Fernando Catroga em Cientismo, política e anticlericalismo, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Vol.5 ó O Liberalismo, Lisboa, Estampa.

autoridade que lhe permitia pairar acima das pequenas intrigas, dos interesses paroquiais e da acomodação dos medíocres. Isto, Mariano Gago conseguiu com uma forma peculiar de mandar: uma mão de ferro oculta numa luva de veludo, guiada por uma espécie de astúcia florentina (p. 953).

Alexandre Quintanilha, oriundo de outros oceanos, enalteceu durante o lançamento a reputação de Mariano na Europa, Estados Unidos e Japão, calando os trópicos e tudo o que está fora da OCDE. No testemunho, partilha as suas paragens afro-californianas e o modo como se adaptou a viver no Porto (p. 959) antes de se dizer impressionado pela capacidade de Mariano de transformar sonhos em realidade. Suspeito que um dos principais obreiros da chamada Agenda de Lisboa, foi o Zé Mariano. Mas também foi quem criou o Ciência Viva, quem colocou e manteve Portugal em muitas das grandes organizações de ciência internacionais, onde muitos investigadores e empresas participaram de forma continuada e reconhecida. Quem iniciou avaliações robustas e exigentes por peritos internacionais, quem estabeleceu as condições necessárias para a criação dos Laboratórios Associados com responsabilidades acrescidas de uma maior intervenção na sociedade e nas decisões estratégicas do governo. Quem iniciou reformas para dar mais autonomia às universidades e aos politécnicos. Quem permitiu o estabelecimento de fortes parcerias com reputados centros de investigação americanos em diversas áreas do saber. Quem tentou reformar os Laboratórios de Estado, tarefa que ainda está por ser finalizada (p. 960) Esta última referência é desingénua visto que, como referido na seção 2, se louvou no relatório Contzen de 2006 ao fazer a avaliação dos Laboratórios de Estado que lhe foi pedida pelo atual governo sem contudo ser capaz de acompanhar o belga global relativamente à importância do Saber Tropical Knowledge...

Também impressiona o testemunho de outra moçambicana de nascimento, **Maria Manuel Leitão Marques**, casada com **Vital Moreira**, autor do capítulo sobre autogoverno das universidades públicas (p.759 ss), Secretária de Estado da Modernização Administrativa e professora que foi na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra: Tem um exórdio *ex abrupto*: “Nos Encontros de 2004, numa dessas noites soltas depois de um dia de trabalho, perguntei ao José Mariano se guardava as suas notas manuscritas registadas nas iniciativas anteriores. Disse-me que sim. Desafiei-o a organizá-las e ofereci-me para fazer o trabalho de compilação, juntamente com a Lia Vasconcelos e a Maria José Miguel. Aceitou com entusiasmo. Foi ao lê-las com atenção e proveito pessoal que percebi melhor a largueza do pensamento estratégico que ali se procurava construir. Estava lá quase tudo, a discussão sobre a educação, as qualificações dos portugueses, a sustentabilidade do crescimento económico, a competitividade da economia, a modernização das empresas, o impacto disruptivo da sociedade de informação, as fraquezas e as forças das instituições, os cenários para UE na década seguinte (de uma importante apresentação de J. P. Contzen, feita em 2004 que, entre outros aspetos, tratava do *Impact of Member States budgetary problems on EU financial perspectives 2007-2013*) (í) O 23º Encontro de Prospectiva, em outubro de 2014, teve uma preparação especial. Não creio que pensasse que era o último que iria organizar, pela forma como discutimos o futuro à nossa frente. Mas talvez achasse que Portugal exigia de todos nós um maior empenho... A este propósito, algumas questões foram referidas de forma insistente: a saída forçada de doutorados (da investigação ou do País) e a redução da capacidade de atrair e fixar talento que importa mapear consistentemente e procurar inverter; as incertezas e ameaças sobre o funcionamento de um número porventura elevado de instituições científicas, situação que importa vir a esclarecer e a superar ó ou ainda a incipiente reorganização de redes de cooperação científica e tecnológica internacional do País com capacidade de

responder às novas situações. Foi ainda debatida a indispensável demonstração das intensas relações entre a ciência e vida social e económica, tanto de forma analítica e macroeconómica como sustentada em estudos de caso validados (mas também a necessidade urgente de agir para remover obstáculos nessas relações) (p. 964-5)

Maranha das Neves, que dirigiu o ITN, escreve sobre os Laboratórios de Estado, cujo sistema avaliou em 2006 para estabelecer a ligação entre o grupo presidido por Contzen e a comissão do Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE). Teve então a oportunidade de visitar todos os Laboratórios, aos quais atribui um importante papel na I&D nacional, embora de forma desigual. Queixa-se de se tratar de instituições particularmente fechadas. Por exemplo, por imperativo legal, tiveram de elaborar novas leis orgânicas. Nesses documentos estão previstos dois órgãos: o Conselho de Orientação e o Conselho Consultivo. Em ambos os casos são compostos por membros externos. No primeiro caso são representantes de outros ministérios, no segundo trata-se de individualidades externas (estrangeiras preferencialmente) de reconhecida competência nas áreas da ciência e tecnologia e do planeamento e gestão de instituições de investigação. Em muitos casos esses Conselhos nunca tiveram existência, com base em argumentos que não se podem considerar pertinentes. Esta atitude, no que diz respeito à participação exterior, contrasta profundamente com a abertura posta em prática no ensino superior (p. 995-6). Pode duvidar-se dessa diferença, como vimos na seção 3.

Também já disse que **João Guerreiro** escreveu sobre a AULP, formalizada em 1986 na cidade da Praia por uma quinzena de instituições do ensino superior de seis países de língua portuguesa e acrescentando um aspeto que envolveu o IICT, sem todavia o mencionar: «Em 2009, os ministros da CPLP com responsabilidade no ensino superior e na investigação científica reuniram-se e, por proposta do ministro português, José Mariano Gago, decidiram dinamizar um Centro UNESCO destinado à promoção de programas de formação avançada no espaço da CPLP. O governo português avançou desde logo com uma primeira iniciativa, o Programa «Ciência Global» destinado a oferecer bolsas de doutoramento e de pós doutoramento a candidatos dos países africanos e de Timor-Leste (p. 1013), com os quais o Brasil estruturou em 2012 um programa paralelo. «Nestes últimos dez anos, ajustou a linha editorial da sua *Revista*, garantindo a sua periodicidade anual e uma abordagem temática que incide obrigatoriamente sobre as realidades do conjunto dos países da CPLP (í) apresentou recentemente ao Secretariado Executivo da CPLP uma proposta de criação de um Erasmus CPLP, primordialmente orientado para as pós-graduações. Sem instrumentos financeiros capazes de suportarem a cooperação interuniversitária, a AULP assumiu contudo as funções de fórum de reflexão e de debate sobre os temas atuais do mundo do ensino superior. As diferentes sensibilidades governamentais, nalguns momentos estruturadas em torno de estratégias não convergentes, contribuem para aumentar pontualmente as dificuldades que impedem a criação de plataformas comuns de colaboração. O conhecimento mútuo dos responsáveis das instituições e dos corpos ativos das mesmas é, em si, um ativo que se deve valorizar e que contém um potencial nada desprezível. A AULP confirma-se como um projeto em construção!» (p. 1014).

Rui Martins, presidente da AULP apresenta os 35 anos da Universidade de Macau (UM), onde é vice-reitor, e lembra a fundação em 1594 do antigo Colégio Universitário de São Paulo, que é ainda hoje o mais famoso *ex-libris* do território, situando a UM entre as mais prestigiadas da região do delta do Rio das Pérolas. (p. 1043).

Luís Oliveira e Silva, físico premiado pelo ERC em 2012, que se inspirou no surf para acelerar partículas e assim obter melhores imagens, escreve o penúltimo testemunho, anglicizando o ciclo corrente em *boom/bust*. Alude ao regresso, catalisado por uma

conversa na reunião da *Portuguese American Postgraduate Society* (PAPS) em Berkeley, com Luís Magalhães ãna altura presidente da FCT, e que tinha sido meu professor no Técnico. Transmíti-lhe que pretendia regressar e que tinha submetido vários projetos à FCT, ao que me respondeu ãEu sei. E estamos a pensar em mecanismos para fomentar transições equivalentesã que interpretei como *We care!*. (p. 1053). ãNos últimos 25 anos a ciência e, em menos escala o ensino superior, sofreram um verdadeiro ãboomö quantitativo e qualitativo; as políticas recentes indiciam que este ãboom is going bustö. Recordo o meu início de carreira científica, as condições e as oportunidades que me foram proporcionadas (e que reconheço eram já excecionais para o contexto nacional); a distância para o cenário atual é abismal. Os padrões, o ambiente científico, a qualidade do trabalho, o enquadramento dos jovens cientistas e a própria cultura das organizações que enquadram a atividade científica são qualitativamente muito superiores. Neste momento, e apesar do desencanto e da incerteza com que a crise atual contaminou até as instituições mais otimistas e energéticas, as expetativas que existem na sociedade portuguesa relativamente à ciência são demasiado elevadas, e o anterior investimento demasiado forte, para assumirmos que não existem alternativas a *going bust*.ö (p. 1055-6).

ãCiência com e para a sociedadeö é o título escolhido por **João Ferreira de Almeida**, outro histórico do CIES: ãO Portugal dos Descobrimentos estava a par da Europa do seu tempo em diversos planos e certamente também no que diz respeito a muitos dos saberes científicos da época. É bem conhecido, de resto, o contributo que foi dando para o que se pode considerar uma proto-globalização de origem europeia, que haveria no futuro de se densificar e ganhar novas valências. Sobretudo a partir do século XVIII, no entanto, foi-se gerando e alargando um fosso em relação aos seus vizinhos, foi-se perdendo o dinamismo que no país chegara a manifestar-se também no plano do conhecimento. A longa história posterior, com diferentes contextos e algumas oscilações, desembocou nos anos vinte do último século no regime ditatorial de direita que haveria de comprometer os tímidos progressos obtidos anteriormente no sistema de ensino e nas atividades de investigaçãoö

5. Envio

Esta homenagem radica na crença que, no século XVI, nos anos 1970 ou hoje em dia, ãé possível persistir em Portugal numa ideia que se julga justa, sem torneio nem mentiraö (p. 222). Segundo, e mais geral, é que a crítica interna a uma certa cultura exige uma pesquisa fundada sobre a convicção que a verdade existe e é ela que deve prevalecer. Isto porque ãa pesquisa como instrumento do poder efetivo ou virtual não tem interesseö (ibid.). Em suma, as três interações sucessivas, descritas nas seções intituladas ãTradição universalö, ãInovação no saber tropicalö e ãPolítica e políticasö, não devem esconder o fio condutor da homenagem, que é dar relevo a uma curiosidade desconhecida de Mariano. Fruto das relações que tive com ele e que ele tivera com meu pai, voltei assim a conversar com eles sobre ritos, mitos e redes escondidos nas políticas, com o rabo da política de fora. Não há aqui qualquer espécie de problema nem de dificuldade, até porque nunca interrompeu as nossas conversas, como atesta a reprodução do retrato de Damião de Góis que Mariano procurava.

Anexo 1: Retrato para um flamengo



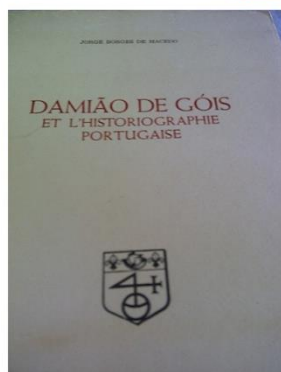
Anexo 2: Conversa Interrompida

Não me lembro quando o conheci. Terá sido durante o PREC, até porque sempre nos tratámos por tuí. Certo é que ficámos amigos e estávamos em plena correspondência erudita quando soube da sua morte por um sms da cunhada Rita. Por casualidade, no dia do trabalhador, encontrei na Praia das Maças o meu vizinho Manuel Heitor, que tantos

anos intermediara a relação institucional com a tutela, e que também me apresentou à viúva e filha no velório na igreja da Estrela. Aí decidi sem mais delongas evocar a memória do homem bom que foi um grande português e um cidadão do mundo.

Em 1996, enquanto diretor do Centro de Sócioeconomia do Instituto de Investigação Científica Tropical, fui chamado a comentar a proposta de reestruturação decorrente da avaliação internacional que ele promovera enquanto Ministro mas a relação só se definiu no virar do século, quando estava na OCDE. Graças a Isabel Rosa e Jean-Pierre Contzen, estreitou-se a partir de 2004, quando fui nomeado para chefiar todo o IICT e não apenas um dos seus vinte e quatro centros. No ano seguinte, Mariano regressou à tutela do IICT e promoveu nova avaliação internacional, que voltou a confiar a Contzen. Durante mais de um lustro, pude apreciar o genuíno interesse que tinha pelo saber tropical e pelas coleções históricas e científicas que o sustentam. Acompanhou com carinho as atividades do projeto ãJorge Borges de Macedo: Saber Continuarö e revelou-se leitor atento da *História Diplomática Portuguesa Constantes e Linhas de Força* que reeditei em 2006. Deu ao IICT a representação portuguesa no *Consultative Group for International Agricultural Research* sediado em Washington e a promoção da plataforma africana do *Global Monitoring for Environment and Security* europeu, dita GMES Africa.

No início de 2011, confiou-me a importância da colaboração científica com a África do sul, e vim a perceber a confiança mútua com a sua homóloga na altura, quando, já em 2014, ambos homenagearam Nelson Mandela em Lisboa.



Numa sexta-feira de outono daquele ano, acompanhado de João Sentieiro, visitou no Jardim Botânico Tropical a exposição sobre Viagens e Missões Científicas nos Trópicos (1883-2010), integrada nas Comemorações do Centenário (Foto NW). Lembrámos então o centenário do próprio Jardim, em 25 de janeiro de 2006, quando ele descerrou uma lápide alusiva, coisa que não gostava de fazer, depois de participar numa mesa redonda onde também estavam o Secretário Executivo da CPLP (representando o Conselho de Orientação do IICT) bem como J. E. Mendes Ferrão e Joe Berardo.

Em 5 de fevereiro de 2012, assistiu à apresentação de *Ética, Crise e Sociedade* no Arquivo Histórico Ultramarino pelo seu amigo Contzen, por ocasião da conferência *Ciência nos Trópicos Olhares sobre o passado, perspectivas de futuro* que deu origem a uma publicação do IICT com o mesmo título, parcialmente reeditada em *Writing to Queens while Crises Proceed* (Foto NE).

Foi na Academia das Ciências de Lisboa, onde tantas vezes o encontrara, que o vi e ouvi pela última vez. Em 19 de fevereiro participou numa homenagem a Manuel Abreu Faro que se seguiu ao respetivo elogio histórico (Foto SW). Como não pude ficar até ao fim mandei-lhe um sms onde o felicitei pela coragem e autenticidade das suas palavras relativamente ao antigo mestre e sugeri um almoço depois da quaresma, ao que prontamente acedeu até por ter uma questão bibliográfica para mim.

Em 30 de março recebo uma mensagem onde se queixava de eu não ter respondido ao pedido de esclarecimento enviado a 21 de fevereiro. Vou transcrever o registo da conversa interrompida por minha culpa, já que não reencaminhei a tempo as respostas que pedira a Luiza, minha mulher, bibliotecária na Academia das Ciências:

oMeu Caro Jorge Retomemos então a mal iniciada troca de impressões bibliográfica. Procurava antever o teu *Damião de Góis et l'histoire portugaise*, Paris, 1982 - Que hoje de manhã me veio parar às mãos, sem busca nem pecado, numa banca de rua de alfarrabistas na rua Anchieta. Falta (é claro) a chancela que tu autor um dia rabiscarás para mim, de forma a transformar acaso intencional em intenção preparada. Iniciada uma primeira leitura, e observado o volume, vejo, logo a abrir, a reprodução, a cores, de retrato dito Damião de Góis, Jan Mabuse (1478-1533 ou 1536) (by courtesy of Thos Agnew & Sons, Ltd). Donde a pergunta: Essa firma (Thos Agnew & Sons, Ltd) tem (tinha) o retrato mesmo? Uma gravura tardia dele extraída? Fornece e vende dele impressões gráficas, como a que o teu livro inclui? Procurei, certamente mal, achar resposta comercial banal e mandar vir uma cópia (trata-se de cumprir, na Flandres, uma intenção de obséquio e de amizade). Não cheguei lá por vias eletrónicas imediatas. Provavelmente, bastará tentar localizar a firma e escrever-lhes. Mas como poderias eventualmente lembrar-te do episódio da escolha e da obtenção do retrato, eis a questão.o

Não tendo recebido esta mensagem, voltou à carga a 30 de Março, com o título oRe: pergunta sobre retrato de Gois in livro JBMacedo de 1982 - RELEMBRADA!: Bom dia Jorge Para não me teres respondido, - e na hora!, - só mesmo a tua discretamente insinuada invocação da quaresma! Mas lá chegaremos, nem que a pretexto de um Gois retratado muito bem nutrido! O meu propósito hoje é apenas recordatório: erguer da jazida comum dos e-mails que se acumulam por certo nas tuas máquinas, aquele que te mandei e aqui reproduzo abaixo, e obter, se possível, uma reacção tua. Boa, má, ou nem isso. Em resumo: recordas-te do episódio? Se não, quem? Abraço amigo (e sem esquecimento dos partilhados ritos alimentares como fonte de sentido nas civilizações e nas amizades!) Aguardarei! NB Aproveitei a espera e li todo esse teu livro de 1982 (de que só tinha feito uma primeira leitura: forte, sem papas na língua, e muitíssimo instrutivo: obrigadoo.

Apanhado em falso, respondi apressadamente à meia noite (acrescento acentos mas não maiúsculas): oObr q mariano não recebi juro nem sei talvez luiza em cópia por causa do pina martins...temos de nos ver antes do pentecostes abr de Frankfurtö. Logo chegou outra mensagem: oJorge Obrigado pela reacção. A pergunta ó volto à carga óé simples: lembras-te do assunto ou não? Se não (e seria improvável o contrário!) procurarei por outra via. Abraço amigoo à qual respondi de madrugada (com acentos mas sem maiúsculas): oObr por voltares à carga mariano o livro é do meu pai lembro circunstâncias nada mais mas talvez a nora bibliotecária possa ajudar aabrö. Poucas horas

de pois uma reação impaciente: òO livro é este. Não me venhas dizer que não é teu! Abraço amigoö (Foto SE).

No mesmo dia 31 de março, Luiza mandara informações para a minha conta da Faculdade, sem porém copiar Mariano: òsei que a gravura do retrato de Damião de Gois pertencia ao Professor Pina Martins, que a cedeu para a edição do Livro. Contou-me várias vezes que excelente que a gravura era e rara, tinha muito orgulho nesta escolha. De resto não sei onde poderá encontrar alguma cópiaö e logo a seguir òEsqueci-me de dizer que houve uma grande exposição na BN em 2002 com muitos retratos de Damião de Gois, talvez possa pedir o catálogo desta exposição, foi entre 25 de Julho e 31 Outubro e o comissário foi Pina Martins.ö

Punge-me o coração ter interrompido a conversa. Julgo até saber a quem se destinaria o obséquo já que partilhamos a filiação na Academia Real da Bélgica, ele na ala flamenga eu na francófona mas nem por isso reencaminhei a tempo estas mensagens para o Mariano. Assim ficou uma confusão que me desvanece e mais saudades dele!

Depois da chegada tardia ao velório, percebi pela viúva que esta questão do Damião de Góis o tinha consumido e fiquei desolado de não ter respondido. Estando marcado um plenário de efetivos da classe de letras decidi fazer o seu elogio na Academia que tanto lhe devia e onde o vira pela última vez. Vários secundaram a homenagem mas tudo me sabe a pouco para lembrar Mariano.

Anexo 3: Citações traduzidas de *Damião de Góis et l'historiographie portugaise*

1. Em vanguarda:

1.1. òA historiografia nunca aparece imediatamente na cultura, e a sua presença nela não é definitiva. Surge na sequência de controvérsias que iluminam a necessidade da históriaí ò assim começa na p. 57 a prevenção ao leitor relativamente à indiferença em que muitos humanistas, ditos ciceronianos, deixavam a história recente, enquanto outros, como Erasmo, seguiam a tradição de Petrarca. Assim se desenvolveu entre os historiadores venezianos e florentinos um conceito de acaso que ultrapassava a pessoa e a família para se situar no Estado, e respetivo destino. òConfrontados com os problemas postos pelos eventos e pela tática a seguir na constituição de um estado moderno, onde deviam equilibrar-se instituições e formas sociais, os sábios eram levados a perguntar-se como criar instituições estáveis e garantir o seu bom funcionamentoö p. 60. Acontece que em 1495, Erasmo redigiu considerações sobre as regras da escrita histórica nas quais òapresentava a França como herdeira do Império Romano e lhe previa um futuro brilhante na guerra contra os Turcos. Enganava-se. Mas é nessa evocação do futuro que (í) confia aos humanistas a tarefa de divulgar proezas memoráveis, o que os torna iguais aos homens de ação (í) um historiador é assim digno dos maiores elogios de Erasmo, desde que meta as suas qualidades ao serviço do seu paísö (p. 61-2). Assim surge também a história universal que, ao contrário da Idade Média incorpora realidades totalmente diferentes das europeias e suscita por isso òa análise teórica da história e das suas exigências críticasö. (p.63).

1.2. Ora Góis não se interessou por estes debates, talvez por ter tido òdesde muito cedo preocupações religiosas, que o levaram a sentir dúvidas ou a tomar posição relativamente às propostas apresentadas pela Reformaö (p.65) de modo a òrestabelecer a unidade da Igreja sem abalar os seus fundamentosö até porque òo poder não saberia ter uma origem puramente material, é de natureza espiritual e aí está a fonte de qualquer liberdadeö. (p. 67) Assim, debruça-se sobre a religião dos Etíopes e, durante a sua estadia em Itália, onde foi enviado por D. João III antes do Concílio de Trento, acompanha os preparativos que Paulo III, eleito papa em 1534, esperava convencer

Carlos V e Francisco I a incluir protestantes (p.69). Nesse sentido, aproximava-se da corrente dos *spirituali* liderada pelo cardeal Pole que nalgum momento Góis terá pensado poder tornar-se rei de Inglaterra (p. 74 nota 32 in fine).

1.3. As querelas religiosas em Portugal eram, porém, diversas porquanto a religião aparecia como um modo de sobrevivência mas do que uma guerra civil. O mesmo acontecia aliás nos Balcãs e na Hungria relativamente ao perigo turco (p. 76). Góis era conhecido enquanto òdescobridor da Europaö, mas não parece ter-se interessado pelo meio cultural português (p. 80).

1.4. Ainda assim Góis manteve o interesse pela atualidade, o que torna necessário conhecer a história, nomeadamente através das crónicas, que pelo menos conseguem estabelecer a anterioridade dos reis. (p. 85). òO espírito científico forma-se, em Portugal, a partir da observação psicológica, sociológica, geográfica, consiste em prever as situações difíceis e em apreciar as diferentes maneiras de viver dos homens.ö (p. 87) É nesta evolução crítica que se situa o esforço para ligar eventos, de modo a elaborar uma noção de Portugal òpovo justificadoö (expressão que corresponde melhor à mentalidade, aos critérios e aos objetivos do tempo do que a de povo eleito.ö (p. 91 e nota 71). Daí nasce o género literário que precede o jornalismo, que Góis escolhe em detrimento da história, e não por causa do respetivo pendor teórico ser inferior ao de Espanha, França e Itália (p.98).

2. Limitações e constrangimentos

2.1. Tendo a tipografia permitido apelar com mais eficácia ao òjuízo públicoö, a comparação entre D. João II e D. Manuel transforma-se a partir de 1530 numa polémica sobre a monarquia absoluta, que aliás se observa noutros países.

2.2. A polémica à volta dos dois soberanos manteve-se ao longo de todo o século XVI e dificultou a escolha do redator da crónica de D. Manuel e Sá de Miranda lembrou ao sucessor o princípio de bom governo òpola lei e pola greiö (p. 122).

2.3. Os campos estão definidos e só poetas permanecem em liça (p. 130)

2.4. Urgência da crónica de D. Manuel, Góis que na sua descrição da cidade de Lisboa em 1554 os evocara prudentemente aceita em 1558 (p. 131).

3. Os relatos de atualidade

3.1 Género que precede o jornalismo e a que Góis se habituou na Flandres

3.2 Religião dos Etíopes publicada em 1532 à qual Erasmo não liga muito, e que será proibido em Portugal. Segue-se um opúsculo sobre a defesa de Dio contra os Turcos, provavelmente sugerido pela corte, um elogio da Península Ibérica em resposta a um comentário desagradável na *Cosmographia* de Munzer (p. 142), um curto trabalho sobre Lovaina dedicado a Carlos V e cartas recebidas.

3.3. Nomeado conservador da Torre do Tombo em 1548, mantém a predileção pelo relato (dois credos na mesma batalha, p. 145), escreve um texto sobre Lisboa òsuscetível de interessar a Europaö.

4. As Crónicas

4.1. Redige duas crónicas mas na de D. João II fala também de Afonso V e na de D. Manuel, mais completa, só dedica 12% à metrópole (p. 152). Não se lhe descobre sombra de trabalho de pesquisa, e menos ainda o espírito crítico da historiografia do renascimentoö (p. 154).

4.2. Importância da Providencia, òcaprichosa e tutelarö (p. 156), no seu pensamento. Um providencialismo fundado na religião, mas nenhuma nição de metodologia histórica

ó aliás Góis não é historiador.ö (p. 157) òNo século XVI acredita-se facilmente que Deus quisera a independência de Portugalö p. 160

4.3. As crónicas deviam fixar eventos memoráveis e ôdar a cada um o louvor ou a repreensão que merece, sobretudo os reis e nobres. a causa tem alcance social pela via da intensidade dos sentimentos, sem fazer o menor esforço de correlação para a adaptar à dinâmica de grupo.ö p.164 ôsendo estrangeiro se não poderá ter por suspeito em nenhuma das cousas que em esta carta escrevoö p.165 nota 44

4.4. Torna-se útil fixando as ações e os nomes dos homens p. 169. ôSe a obra de Góis é marcada pela sua personalidade, é devido ao seu sentido do atalhoí muitas vezes limita-se a reproduzir o facto -curiosoøjá citado por outremö (p. 172). Fala raramente do mar, este ôsó aparece para indicar o afastamentoö p. 176

4.5. Nos episódios guerreiros distinguem-se três temas vitória derrotas e atos individuais, também personalidades. Não sentia que era na dificuldade que maturavam as instituições, ao passo que essa ideia apaixonava ó e com razão ó os historiadores italianos do sec XVI e que interessava escritores como Osório, Barros, Castanheda, Heitor Pinto entre outros (p. 179)

4.6. Relato de episódios. Indica duas datas para a partida de Vasco da Gama em dois capítulos diferentes (p. 182 nota 105). ôÉ mais espiritualista que humanista. Uma espécie de jornalista mais do que historiador. A profissão de cronista agradar-lhe-ia? Mas não foi Gois que disse que aquele que escreve por gosto se expõe mais à crítica do que aquele que o faz por encomenda? P. 187

4.7. Tem o seu lugar na cultura portuguesa. Atores intermutáveis p. 188 heróis trnam-se desconhecidos um calvinista sem Calvinio comentário pessoal sobre personagens e factos gosto pela comparação p. 189 mas é uma atitude que não tem de corresponder aos factos demonstra até que ponto o espírito de Gois é superficial p. 190 Calecut é como Alcochete os chineses são como os alemães. Autor e estilo para os cronistas revelam realidade sociológica nova classe dos escritores por causa do estilo òo homem concreto que apoia o absolutismo para assegurar uma mínimo essencial de liberdade em segurançaö p. 193

5. Damião de Góis e a crítica

5.1. Personalidade discutida, cavaleiro, célula familiar medíocre e com relações tensas p. 196 seriedade nas respostas ao tribunal do santo ofício na situação trágica faz prova de muita compreensão e elevação, credita Embaixador Gabo Zabo. Processo não aproveita uma ôocasiãoö p. 199

5.2. Críticas contra crónica modificou a biografia do cardeal D. Henrique críticas de Tentugal e Gaspar Barreiros eram fundadas. Não se deve falsear o passado para o dobrar às ideologias funcionais e retilíneas de hoje nem para as corroborar: não é nem um jogo de espírito nem uma arma p. 206

5.3. Sucesso durável das obras Osório defende fortuna sem objeção teológica perda da independência torna inútil querela entre dois reis porque já não escolhe o tipo daí sob influencia mariana arrancou para o tema do rei natural que trouxe a restauração p. 208 Antonio Caetano Sousa dinâmica de grupo p. 210 Diogo Barbosa Machado faz biografia em 1741.

5.4. Importação sec XVIII terreno favorável aos estrangeirados formam-se organismos puramente culturais ACL 1781 inéditos por Correia da Serra critica Morato defende em 1816 João Pedro Ribeiro em 1812

5.5. Romantismo de Gois salientado por Visconde Santarém p. 213 movimento anti-clerical expande-se com o liberalismo e desrespeita as ideias religiosas, que considera

contra o progresso enaltecido por Eça. Surge então a obra com tese de A.P. Lopes de Mendonça p. 218

5.6. Esse livro é uma verdadeira catástrofe científica p. 219 porque impede a crítica do cronista sob pena de ser um infame defensor da Inquisição: inevitáveis caprichos da história-tribunal. Outras hipóteses explicam as críticas a Góis inovando a casa de Bragança, o temperamento e mesmo a família dele p. 220. Uma biografia crítica, por Maximiliano de Lemos 1921 reabilita p 221. David Lopes reedita a Crónica de D. Manuel em 1925. O estudo de Góis descobre dois pontos essenciais: é possível persistir em Portugal numa ideia que se julga justa, sem torneio nem mentira. Pesquisa fundada sobre a convicção que a verdade existe e que é ela que deve prevalecer. Pesquisa não tem interesse como instrumento do poder efetivo ou virtual p. 222.

INOVA



Nova School of Business and Economics

Faculdade de Economia
Universidade Nova de Lisboa
Campus de Campolide
1099-032 Lisboa PORTUGAL
Tel.: +351 213 801 600

www.novasbe.pt